

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2009 - 2010



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA, DO EXÉRCITO PORTUGUÊS OU DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

O NORTE DE ÁFRICA COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO

Duarte Cordeiro Dias

MAJ INF



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O NORTE DE ÁFRICA COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO

Duarte Nuno Cordeiro Dias
MAJ INF

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10

Lisboa – 2010



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O NORTE DE ÁFRICA COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO

Duarte Nuno Cordeiro Dias
MAJ INF

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10

Orientador: CFR Francisco José Aldeia Carapeto

Lisboa – 2010



AGRADECIMENTOS

A ti Sandra, esposa e companheira dedicada, retaguarda neste longo percurso pautado pela minha ausência.

Aos meus camaradas do Curso de Estado Maior Conjunto 2009/2010, pelo prazer de ter privado da vossa companhia e do espírito de entreatura e camaradagem. O meu eterno agradecimento, pois muito do que fiz só foi possível graças aos vossos contributos e permanente disponibilidade para troca de ideias e opiniões.

Ao Coronel de Infantaria Guerra Pereira pela sua disponibilidade, permanente apoio e pelos constantes desafios que nos colocou durante todo o curso.

Ao Cmdt Carapeto, pelo apoio prestado inerente à função de orientador, quer na supervisão do trabalho, quer pela possibilidade de discussão assuntos pertinentes e actuais.

À Mestre Paula Pereira investigadora do Instituto de Defesa Nacional, pela disponibilidade e actualização da informação de forma permanente atempada, contribuindo em muito para o trabalho de pesquisa.

Às funcionárias da Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares, que me ajudaram no trabalho de pesquisa bibliográfico.

Por último, à minha princesa Matilde que me tem brindado com o amor e carinho, mostrando-me quais os reais valores da vida.



ÍNDICE

1.	Introdução	1
2.	Quadro Geopolítico de referência	3
3.	Os interesses na região ao longo da História	4
4.	Estudo dos factores Geopolíticos e Geoestratégicos.....	6
a.	Factor Físico.....	Erro! Marcador não definido.
b.	Factor Humano.....	9
c.	Factor Circulação	13
d.	Factor Económico	15
e.	Factor Institucional	21
f.	Factor Militar	25
5.	Interacção com as influências externas	28
a.	União Europeia e Diálogo 5+5.....	28
b.	União Africana.....	30
c.	OTAN.....	31
d.	Liga dos Estados Árabes	32
e.	China	34
6.	Conclusões	36

Referências Bibliográficas



Índice de Anexos

Anexo A - Dados do Factor Físico	A-1
Anexo B - Dados Factor Humano	B-1
Anexo C – Dados Factor Circulação	C-1
Anexo D - Dados Factor Económico.....	D-1
Anexo E - Dados Factor Institucional	E-1
Anexo F - Dados Factor Militar	F-1

Índice de ilustrações

Ilustração 1 – Principais <i>pipelines</i> no Norte de África.....	C-1
Ilustração 2 - Aquisição de terras para agricultura em países terceiros.....	D-2

Índice de matrizes e quadros

Matriz 1 – Matriz SWOT para o espaço geopolítico Norte de África.....	39
Quadro 1 – Dados Factor Físico	A-1
Quadro 2 - Dados Factor Humano.....	B-1
Quadro 3 – Dados do Factor Circulação	C-1
Quadro 4 – Dados económicos.....	D-1
Quadro 5 – Dados agrícolas	D-2
Quadro 6 - Dados Factor Institucional	E-1
Quadro 7 – Dados militares.....	F-1
Quadro 8 – Missões externas e efectivos.....	F-1
Quadro 9 – Missões no interior das suas fronteiras, designação e efectivo	F-1
Quadro 10 – Conflitos dos governos dos Estados do Norte de África	F-1



Resumo

Todas as partes do globo são susceptíveis de serem avaliadas geopoliticamente, e o Norte de África não é excepção. A definição deste conjunto geográfico sobre o qual não existe consenso é apenas o início das múltiplas perspectivas em análise.

O Norte de África está a emergir ao longo dos últimos anos como um mercado promissor, mas mantendo uma situação política complexa. As economias nacionais e os sectores privados estão em crescimento, assim como os riscos de segurança. Este ambiente, actualmente, tem de se relacionar com uma possível ameaça permanente da Al-Qaeda do Norte de África, e a médio prazo com os problemas espectáveis das crises de sucessões na maioria dos países. As políticas internas continuam a ser o problema que dividem o espaço, limitam as oportunidades intra-Norte de África e enfraquece a segurança regional. As tensões sociais podem surgir conforme os Estados vão integrando a economia global.

Economicamente, o crescimento na região é impulsionado pelas exportações de petróleo e gás da Argélia e da Líbia, e as bases industriais dos mercados emergentes de Marrocos e da Tunísia. Esta expansão das economias nacionais é facilitada pelas ligações com a União Europeia, continuando a aguardar oportunidades para obter acordos para a livre circulação de bens. Os indicadores apontam para a continuação do impulso positivo que atravessam apesar de poderem sofrer flutuações.

O Norte de África, próximo da Europa, do Sahel e do Médio Oriente é em si mesmo uma fonte de desafios. A presença da Al-Qaeda no Sahara, a droga e o tráfico de seres humanos, demonstram como não existe escassez de factores para análise. Mas, estes carecem de uma sólida compreensão das políticas internas, externas e das culturas, numa avaliação que ajuda a compreender os acontecimentos no presente e permite-nos perspectivar o futuro.



ABSTRACT

All parts of the globe are likely to be evaluated geopolitically, and North Africa is no exception. This geographical region, over which there is no consensus on its definition, is only the beginning of the multiple perspectives as it can be analyzed.

North Africa is emerging over recent years as a promising market, but keeping a complex political situation. National economies and the private sectors are growing, as well as security risks. This environment now has to relate to a possible permanent threat from North Africa al-Qaeda, and at medium-term problems with the expectable crises of succession in most countries. Domestic policies continue to be the problem that divides the space, limiting opportunities intra-North Africa and weaken regional security. Social tensions may arise as the states will integrate the global economy.

Economically, the region's growth is driven by exports of petroleum and gas from Algeria and Libya, and the industrial bases of the emerging markets of Morocco and Tunisia. This expansion of national economies is facilitated by links with the European Union, which still awaits opportunities to reach agreements for the free circulation of goods. Indicators point to continued positive momentum going through although they may fluctuate.

North Africa, close to Europe, the Sahel and the Middle East is in itself a source of challenges. The presence of Al Qaeda in the sahara, drugs and human trafficking, show how there is no scarcity of factors for analysis. But they lack a solid understanding of internal policies, external and cultures, an assessment that helps to understand events in the present and allows us to look to the future.



PALAVRAS-CHAVE

- Norte de África
- Magreb
- Argélia
- Egipto
- Líbia
- Marrocos
- Mauritânia
- Tunísia
- Liga dos Estados Árabes
- União Africana



LISTA DE ABREVIATURAS

AQIM	- Al-Qaeda in Islamic Magreb
ARG	- Argélia
CS	- Conselho de Segurança
EGP	- Egipto
EMV	- Esperança Média de Vida
LEA	- Liga dos Estados Árabes
LIB	- Líbia
M	- Milhões
MAR	- Marrocos
MAU	- Mauritânia
MFO	- Multinational Force and Observers
MIDURCAT	- United Nations Mission in the Central African Republic and Chad
MINURSO	- United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara
MONUC	- United Nations Organization Mission in DR Congo
NARC	- North African Regional Capability
NU	- Nações Unidas
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OPEP	- Organização de Países Exportadores de Petróleo
OUA	- Organização de Unidade Africana
PIB	- Produto Interno Bruto
RASD	- República Árabe Sarahui Democrática
SPI	- Sistema Político Internacional
TUN	- Tunísia
UA	- União Africana
UMA	- União do Magreb Árabe
UNAMID	- African Union/United Nations Hybrid operation in Darfur
UNMIL	- United Nations Mission in Lib
UNMIN	- United Nations Mission in Nepal
UNMIS	- United Nations Missions in Sudan
UNOCI	- United Nations Operation in Côte d'Ivoire
US\$	- Dólar Americano



*“Que terra é esta? Que povo é este? Que gente vive aqui?
Trata-se de alguma ilha de longe avistada, ou do litoral de um
continente ubérrimo, que se inclina sobre o mar?”¹*

1. Introdução

O Norte de África raramente tem sido tratado como um domínio coeso de estudo, embora as ligações internas históricas e sociais sempre tenham sido fortes por a maioria dos países que constituem este espaço terem feito parte do Império Otomano. Esta coesão regional advém em parte do passado colonial comum, com o Egipto sob o controlo britânico, a Líbia inicialmente ocupada pela Itália e posteriormente administrada pela Grã-Bretanha e França, os outros Estados do Magreb – Tunísia, Argélia, Marrocos e Mauritânia, a pertencerem ao Império Colonial Francês e com a presença espanhola em parte de Marrocos e do Sahara Ocidental. Hoje, porém, o cenário é diferente.

O presente Trabalho de Investigação Individual, subordinado ao tema **“O Norte de África como espaço geopolítico”**, tem por finalidade proceder à análise geopolítica da região, e com base em dados tão actualizados quanto possível, compreender os comportamentos actuais, identificando as suas potencialidades e vulnerabilidades.

Actualmente, é de relevante importância perceber qual o papel que o Norte de África desempenha e que poderá vir a desempenhar no Sistema Político Internacional (SPI), quer no contexto regional, quer no mundial, de forma a constituir-se num futuro próximo, um pólo de poder a relevar no quadro das Relações Internacionais.

Raoul Castex no início do século XX considerou como espaço geopolítico um “conjunto em pleno desenvolvimento, com muitos recursos, ambicioso e desejando dominar, dispondo de populações jovens com vitalidade e excesso de potencia humano”. Tal definição contribuiu para a delimitação geográfica do presente trabalho, composta pelo espaço terrestre contínuo ao longo do seguinte conjunto de Estados: Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos², Mauritânia e Tunísia.

A metodologia seguida é a sugerida pelo Manual Escolar (ME 71-00-08 - Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica), distribuído pelo Instituto de Estudos Superiores Militares. As fontes mais significativas de consulta foram aquelas disponibilizadas através de fontes abertas e na pesquisa documental, seleccionada entre obras de referência publicadas.

Para desenvolver este estudo foi elaborada a seguinte questão central:

¹ Homero quando chegou à terra dos mortais *in* A Odisseia.

² Para apresentação do trabalho os territórios do Sahara Ocidental foram incluídos em Marrocos.



“Como se caracteriza o Norte de África de acordo com os factores geopolíticos?”

Para proporcionar uma resposta cabal, a esta questão foram formuladas as seguintes questões derivadas (QD):

QD 1: Qual foi a importância dada ao Norte de África pelos teorizadores de referência ao longo dos tempos?

QD 2: De que forma os factores geopolíticos/geoestratégicos contribuem para a afirmação do Norte de África?

QD 3: Quais os instrumentos de coação que podem ser utilizados pelo Norte de África?

QD 4: Quais os actores do Sistema Político Internacional mais relevantes para o Norte de África?

Para organizar a investigação com ordem e rigor, sem sacrificar o espírito de descoberta e curiosidade foram estabelecidas hipóteses de investigação (HI), as quais, no final do trabalho serão alvo de aferição quanto às suas validações. São elas:

HI 1: O papel atribuído por geopolíticos de referência ao Norte de África, ao longo dos tempos, foi marginal.

HI 2: Dos vários factores que fazem destacar o Norte de África destacam-se: os recursos energéticos e minerais, o factor humano e a capacidade militar.

HI 3: O Norte de África pode utilizar como instrumentos de coação: os recursos energéticos, a capacidade militar, tirando proveito da riqueza natural do sub solo e da posição estratégica, respectivamente.

HI 4: Dos vários actores do SPI com que o Norte de África se relaciona, especialmente devido aos recursos ou factores de segurança, a Europa ocupa um papel de destaque.

O trabalho foi estruturado em quatro partes, seguido das respectivas conclusões. Assim, num primeiro momento, após a introdução, abordar-se-á o quadro geopolítico de referência com recurso aos teorizadores reconhecidos para fazer a caracterização da região. Num segundo momento procurar-se-á identificar quais os interesses regionais em disputa. De seguida, realizar-se-á o estudo geopolítico/geoestratégico procurando identificar-se as potencialidades e as vulnerabilidades que permitam entender as relações de poder, nomeadamente as de cooperação e de conflitualidade. Após o que se procederá à análise do ambiente externo da região, para determinar as dinâmicas geopolíticas/geoestratégicas e, identificar e caracterizar as áreas e os actores preponderantes para o Norte de África. Encerrar-se-á este trabalho com umas conclusões finais, acerca dos resultados obtidos, apresentando-se as principais linhas de ruptura e de continuidade da região.



2. Quadro Geopolítico de referência

A geopolítica é *“um estudo das constantes e variáveis do espaço, acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projecta conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da ciência política”* (IESM, 2007: 1).

A dimensão geográfica enquanto dimensão imutável, não é passível de sujeição ou total controlo por parte do Homem, e desta forma, este é-lhe inferior e subordinado. O espaço é entendido como uma continuidade geográfica de acidentes que influenciam e determinam o curso da História, sempre contíguo e interrelacionado nas suas várias vertentes.

Para facilitar a abordagem e consequente compreensão, a interpretação da sua evolução, a análise comparativa, para melhor associar analogias e demarcar as diferenças, têm sido objecto de estudo de vários autores que têm esboçado esquemas diferenciadores, de acordo com as identificações conceptuais que privilegiam. Assim recorrendo a alguns dos teorizadores de referência para caracterizar a região, o Norte de África:

- É uma região talassocrática, possui um posicionamento vantajoso em relação às rotas Mediterrânicas, controla o estreito de Gibraltar e o Canal do Suez, as populações têm contacto com o Mar e a população é em número suficiente que pode explorar os recursos do Mar que Alfred Mahan considera fundamentais para o desenvolvimento do poder marítimo (Correia, 2002: 153);
- Halford Mackinder apresenta três teorias, mas apenas na primeira considera que parte do Norte de África³ se situa no “crescente interior”, o que significa que faz parte da área de contenção do “perturbador Continental” de Raoul Castex; faz parte da “Ilha Mundial”, interligada com a Europa e o Mediterrâneo, esta região é essencial para o domínio Mundial; é parte integrante do “*Midland Ocean*”, fundamental para conter o expansionismo histórico do “*Hearthland*” e, portanto ligado à estratégia do Atlântico Norte (Correia, 2002: 161), nas teorias seguintes a região é relegada para segundo plano;
- Para Karl Hauhofer, está integrado na autosuficiente “Pan-região Euro-Africana”, cuja unidade política seria obtida à custa de poder militar e sob domínio de um “Estado Director” (Dias, 2007: 141)
- Para Nicholas Spykman, engloba-se no “*off shore continent and islands*” e desempenhava um papel marginal, onde o vazio de poder poderia ser compensado com o estabelecimento de pactos de assistência mútua” (Correia, 2002: 177).

³ Territorialmente são excluídos a Mauritânia, Marrocos e parte da Argélia.



3. Os interesses na região ao longo da História

Ao longo dos tempos pensou-se que as causas genéricas – assuntos económicos, produção e relações comerciais entre povos – condicionassem o comportamento político, o desejo dos políticos pelo poder e até de uma forma indirecta, o patriotismo dos cidadãos. Actualmente, quando a globalização da economia foi atingida, somos forçados a concluir que a atitude dos Estados é impulsionada por motivos para além da geração de riqueza ou a conquista de terras férteis (Lévy, 2001: 120).

Numa época em que uma nova complexidade de conceitos geográficos são redefinidos englobando aspectos como: o clima, a vegetação, distribuição e actividades da população (Lévy, 2001: 121), um novo conceito geopolítico é assumido, onde a rivalidade entre poderes e a relação de forças em diferentes partes de uma região são a questão.

O debate geopolítico do século XX caracterizou-se pela forma pouco democrática como tinham sido atingidas as independências de alguns Estados colonizados Africanos. Neste debate evidenciou-se, inicialmente, o processo de disseminação de uma representação dominante, que as potências colonizadoras, organizaram sobre as nações colonizadas com recurso a acções redutoras de propaganda. Este foi o principal factor oculto no processo de descolonização (Lévy, 2001: 147). A disseminação pelas potências colonizadoras da ideia de nação, contribuiu em larga escala para a aprendizagem do conceito que viria a ser desenvolvido por partes da população, em especial pelos intelectuais. Desta forma associaram as ideias incutidas com a memória pré-colonial e construíram uma representação de modelo independente.

O desejo de independência é um dos fundamentos geopolíticos mais complexos, porque a questão não é dois Estados disputarem o mesmo território, mas sim um Estado com dois territórios. Uma vez atingida a independência, a maioria dos novos Estados foi caracterizado, mais cedo ou mais tarde, pelo declínio dos movimentos nacionalistas, apesar dos esforços políticos dos novos governantes que reclamam a liderança na luta pela independência. No entanto, o crescente de problemas que a pretensa independência resolveria, associado a uma imagem de líderes com privilégios especiais, tem contribuído para a desmoralização de uma parte significativa da população. Tal acontecimento precedeu a criação de uma nova representação geopolítica onde se denegriu o Estado e a Nação em prol de valores ditos superiores. Nestes Estados árabes deu-se a formação de um novo agrupamento geopolítico – o Mundo Muçulmano.

Assim a região em estudo localizada no continente Africano, integrada no espaço “Grande Médio Oriente” e orientada para o Mar Mediterrâneo aparece-nos como um



espaço geopolítico na intersecção destas três regiões⁴. Estas regiões potenciam orientações distintas – a Continental – economicamente interdependente com sentido de progressão integrado, – a Mediterrânica – que fragmenta a sua relação com o restante continente pelo espaço físico ocupado pelo maior deserto do mundo tem como orientação a Europa, e finalmente – a Oriental – com base no eixo transversal solidário de uma história tecida numa ligação milenar.

Da perspectiva física é um espaço geográfico privilegiado. Tem como barreiras naturais a Oeste o Oceano Atlântico, a Sul, o Deserto do Sahara, a Leste, o Mar Vermelho e a Norte, o Mediterrâneo. Oferece poucas facilidades naturais à sua penetração, confinando-a em dois pontos um para Ásia e outro para a Europa. Um istmo entre Port-Said e Suez ligam-no à Ásia e na outra extremidade Gibraltar faz a ligação com a Europa.

A abertura do Canal do Suez em 1869 conferiu um excepcional valor geoestratégico. A separação entre os dois continentes tornou-se mais ténue, tornando o Egipto, a pedra angular na encruzilhada das culturas africana, mediterrânica e asiática. Na outra extremidade, as históricas colunas de Hércules colocam o Norte de África no extremo da Europa. O rochedo de Gibraltar, miradouro da Europa, confronta a cosmopolita Tanger. Mas a Europa projecta-se efectivamente no solo africano nos enclaves espanhóis, que alimentam dramaticamente as sucessivas tentativas de imigração. Estes dois pontos de passagem têm um papel decisivo na abertura da região ao mundo exterior.

Ao procurar referências sobre o Norte de África, uma das primeiras que podemos encontrar é na Bíblia, quando as águas do Mar Vermelho se abriram para permitir a fuga de Moisés do Egipto para a Península do Sinai (Êxodo 13:17). Desde o século VII, da era cristã, a conquista árabe da região ao longo da costa e em direcção à Europa através do istmo do Suez não foi parada nem pelo estreito de Gibraltar. Com a conquista de Granada, a Andaluzia muçulmana tornou-se o elo de ligação entre o Oriente, África e a Europa. No pico da sua expansão, no século IX, o Império Almorávida estendia-se da Península Ibérica ao Senegal. Nos dias de hoje os fluxos mudaram de natureza e de significado. Um grande número de africanos procura por todos os meios, atentando contra a própria vida, atingir a Europa, que imaginam como a «Terra Prometida» que lhes pode oferecer o que não conseguem obter nos países de origem.

Os históricos contactos, as trocas comerciais, as influências legitimam o agrupamento geográfico. O pilar construído ao longo de séculos, ou de milénios, resulta de dinâmicas geo-históricas que colocam em evidência as tensões existentes.

⁴ O Norte de África e Médio Oriente é frequentemente intitulado como “Grande Médio Oriente” Esta designação caracteriza a região compreendida entre Marrocos e o Paquistão (Vasconcelos, 2004: editorial)



4. Factores Geopolíticos – Factor Físico

A área em estudo estende-se por 8.955 km ao longo da costa Norte do Continente Africano, numa área de 6.780.590 km² (Quadro 1 /Anexo A). A sua configuração longitudinal ao longo do Mar Mediterrâneo, permite-lhe tirar vantagens da proximidade deste mar interior.

Os traçados fronteiriços, arbitrariamente impostos, acompanham a marcação territorial do século XX. As fronteiras foram simplesmente marcadas geometricamente sobre cartas, não tendo sido feita qualquer correlação com o terreno ou com as populações aí existentes.

Hidrograficamente a região é pobre, destacando-se o rio Nilo como o principal curso de água, apesar de circunscrito a um dos Estados em análise. O Mar Mediterrâneo a Norte é o principal elo de ligação entre os diversos povos. Mas, é no Mar Vermelho, também um elo de ligação com outros povos, que está situado o principal acidente cultural da região – o Canal do Suez.

Morfologicamente a região é variada, com cotas baixas na quase totalidade da sua extensão, destacando-se a Sul e Oeste do Cabo Bom, na Tunísia, o Atlas, a Leste destacam-se as planícies, mas em toda a região predominam solos desérticos, com vegetação escassa. O clima desértico-árido e desértico-semi-árido, na maior parte deste território, caracteriza-se por níveis de pluviosidade da ordem dos 250 mm/ano, registando-se amplitudes térmicas diárias significativas, especialmente nas estações frias.

O deserto do Sahara – o maior deserto do mundo, partilhado com os Estados do Sahel – Mali, Níger e Chade, destaca-se como o principal traço físico regional. Com mais de 8,5 milhões km², desde o Oceano Atlântico ao Mar Vermelho, ao longo do Trópico de Caranguejo, desempenha um lugar de destaque nesta região, pela sua dimensão, pelos constrangimentos que impõe à vida quotidiana, mas também pelas representações geográficas que possibilita. Nesta região desértica as paisagens são compostas por elementos comuns: dunas, superfícies rochosas, montanhas rochosas e oásis.

No decurso de observações realizadas ao longo das últimas décadas, *“regista-se uma progressão do deserto na região do Sahara”* (Pourtier, 2006: 41). É importante este fenómeno pela importância que tem em espaços frágeis, especialmente os contíguos, e nos não desertificados. A redução da cobertura vegetal tem favorecido a progressão de ventos e de areias desérticas, contribuindo para o seu aumento, tem ainda contribuindo para esta progressão dois factores: as alterações climáticas, e a presença humana decorrente do crescimento demográfico. No entanto, a desertificação pode contribuir para o desenvolvimento, através da implantação de barreiras naturais à progressão do deserto com



palmeiras ou plantações de árvores para combater a essa deslocalização, tornando-se fontes de rendimento, mas estes são alguns dos raros projectos e com eficácia incerta. Mas os espaços desérticos marcam a região, pela sua dimensão e baixa demografia, e por esses motivos, tiveram um papel marginal ao longo dos tempos. Nos dias de hoje, estes espaços estão em reavaliação devido ao seu papel num contexto mundial, decorrente das mutações que possam vir a gerar nos Estados ou na região.

O deserto tem grandes potencialidades (patrimoniais, energéticas, minerais, hídricas e estratégicas) que fundamentam as disputas. Inicialmente entre as potências colonizadoras, posteriormente as grandes potências, que durante a guerra-fria se bateram pelo domínio regional, e actualmente potências ou potenciais potências procuram os seus recursos. Este deserto é também o argumento de unificação política onde as fortes dinâmicas internas impulsionaram os Estados locais. Na Líbia, o Presidente Kadhafi, por referência ao mito da resistência Senussi ao século XX, invocou a criação da República Sahariana, apelando à unidade dos Estados do Norte de África que têm no seu interior o deserto do Sahara juntamente com os Estados do Sul, mas o projecto não teve qualquer êxito.

Na região destacam-se as seguintes disputas territoriais (Quadro 1 /Anexo A):

Marrocos e Argélia. Marrocos pretendia as minas de fosfato descobertas em 1963 e a nostalgia do Império do séc. XV⁵, invadiu e anexou os territórios do Sahara Ocidental em 1975 e continua a reivindicar as possessões Espanholas no Norte de Africa e a região de Tindouf na Argélia. A Argélia com a pretensão de se tornar uma potência regional, dá apoio aos Saharauis⁶ que se refugiam no seu território;

Egipto e Sudão⁷. Após a retirada das forças militares nos anos 90, a disputa pelo triângulo de *Hala'ib* com cerca de 1.000 pessoas deixou de ter visibilidade. O Sudão com as disputas internas deixou de reivindicar o espaço que se inseria no território do Egipto de acordo com o Tratado de 1899. Apesar de na cartografia egípcia o triângulo de *Hala'ib* ser parte integrante do Egipto, denota-se a cedência do trapezóide *Bir Tawil*, que também era disputado pelos dois Estados;

Líbia e Argélia. Apesar das relações amistosas entre os dois Estados e não existirem negociações em curso, a descoberta de recursos ou a pressão demográfica pode reacender a disputa que remonta aos acordos de Setembro de 1919 entre a Itália e a França para a delimitação fronteiriça que foi finalmente pormenorizada, com as inerentes alterações ao plano inicial entre a Líbia e a França em 1956. A tentativa da França em reunir as tribos

⁵ “Grande Marrocos”

⁶ Povos oriundos dos Territórios do Sahara Ocidental.

⁷ Este Estado não integra a região em estudo.



divididas pela demarcação fronteiriça durante a II GM, resultando na apropriação de cerca de 32.000 km² dos territórios definidos como líbios. Este é o motivo da discórdia;

Tunísia e Líbia. Tal como na disputa anterior a França, durante a II GM, apropriou-se dos territórios cujos povos tinham sido divididos por linhas arbitrárias. A Tunísia, após a sua independência, contribuiu para o clima de tensão entre os dois Estados reivindicando parte do deserto Líbio sob o pretexto deste não ser habitado;

Líbia e Níger⁸; a Líbia reclama 25.000 km² da parte Norte do deserto no Níger. As sucessivas tentativas falhadas de alteração das fronteiras estabelecidas pelo império Otomano estão na origem desta disputa. Actualmente o limite é um conjunto de linhas rectas apoiado em pontos de referência. Caso se encontrem novos recursos nesta região é espectável o reacender de disputas.

Marrocos e Espanha⁸. Após o estabelecimento dos protectorados em 1912 de Ceuta, Melilha, Ilhas Chafarinas, Peñon Velez de la Gomera e da Ilha de Peñon de Alhucenas, Marrocos tem intentado a recuperação destes espaços situados no Norte de África. Como evolução da disputa destaca-se a tentativa de tomada do rochedo de Perejil em 2002 por forças Marroquinas. Com as políticas de cooperação entre os países Mediterrânicos o caso tem estado dormente, no entanto, pode ser alterado.

Líbia, Sudão⁸ e Chade⁸. O ponto actual onde se encontram os limites fronteiriços entre os três Estados foi estabelecido pelo acordo franco-italiano de Janeiro de 1935. A Líbia reclama a alteração desse ponto para 80 km mais a Sul, com base na declaração ratificada pela França e pelo Reino Unido em 1899. Desta forma aumenta a sua extensão territorial, com uma faixa de terreno conhecida por *Aozou Strip*, em cerca de 100km;

Os Territórios do Sahara Ocidental são a disputa mais visível no Norte de África. Marrocos negociou com Espanha as posses territoriais no Norte de África e manter as restantes custou a Espanha a cedência da antiga colónia do Sahara Ocidental. No entanto, na véspera da entrega às autoridades marroquinas os autóctones proclamaram a República Árabe Sarahui Democrática, que apesar de ser reconhecida por organizações e cerca de 80 Estados continua sem ter assento nas Nações Unidas.

⁸ Este Estado não integra a região em estudo



5. Factores Geopolíticos – Factor Humano

O factor humano *per si* não se constitui como indicador, no entanto, os valores deste factor correlacionados com outros podem auxiliar a interpretação de que modo a estabilidade de um Estado está a ser afectada. A população influencia todos os factores, com o seu alcance amplificador ou redutor de capacidades.

Com uma população total superior a 167 milhões (Quadro 2 /Anexo B), os Estados que constituem esta região têm variações no número de habitantes entre 382.000 dos Territórios do Sahara Ocidental e os 81 milhões do Egipto. Este último, é o único Estado que possui uma população com mais de 50 milhões de habitantes, facto que Ray Cline considera necessário para que a população se constitua como fonte de poder (IESM, 2007: 31). No entanto, não é neste país que se encontra o PIB/*per capita* mais elevado, mas sim na sua vizinha Líbia com US\$16.115, sendo o mais baixo na Mauritânia com US\$1.042 (Quadro 4 /Anexo B).

Ao verificar o indicador de densidade demográfica (Quadro 2 /Anexo B) pode concluir-se que na região não existem problemas de sobrepovoamento, contudo analisando com mais pormenor, verificamos que as populações se concentram em zonas urbanas, originando uma distribuição pouco uniforme. Esta distribuição está directamente relacionada com a disponibilidade de recursos, terreno arável e climas mais amenos.

As taxas de crescimento populacional nesta região são elevadas, apenas sendo ultrapassada a nível mundial pela África sub-sahariana. Este aumento, nos últimos anos, está directamente relacionado com o aumento das medidas sanitárias, que têm sido fomentadas. Actualmente existem menos nados mortos e maior esperança média de vida nas populações, que associados à decrescente, mas elevada fecundidade das mulheres justificam o elevado ritmo de crescimento. Contudo o ano de 2009 foi economicamente desfavorável, o que fez diminuir o ritmo de crescimento.

“Apesar do colorido característico das cidades do Norte de África, a realidade não tem esse colorido” (Dumper, 2007: 18). As cidades desta região apesar de serem referências sociais, políticas e económicas estão a tornar-se o epicentro de uma profunda crise de sustentabilidade, e instabilidade social e política. A realidade leva-nos a aperceber que as cidades estão a definhar devido ao sobrepovoamento, falhas infraestruturais, e alteração dos padrões de sustentabilidade. *“Caracterizando-se cada vez mais por uma mistura de pobreza e poluição”* (Dumper, 2007: XVII), onde as diferenças sociais de acentuam diariamente.

Na repartição etária pelas principais faixas, o padrão dominante, com cerca de 1/3, é população com menos de 20 anos e o menos representativo, com apenas 7%, a população com mais de 64 anos (Quadro 2 /Anexo B), significando que existe um elevado potencial



de população activa na região. Esta estrutura populacional já foi referida por Goldstone onde mostrou a correlação histórica entre o aumento da proporção de jovens na população e os processos revolucionários ocorridos em meados do século XVII e fins do século XVIII (1991: 41). Apontando para o acelerado ressurgimento Islâmico das últimas décadas que caracteriza vários países muçulmanos através de um processo cíclico em que o aumento da massa jovem entre os 15 e os 24 anos leva o seu número a ultrapassar os 20% da população. Assim, *“esses momentos tendem a ser período de renovação cultural e política e, genericamente, de questionamento das instituições existentes”* (Barata, 1999: 134).

Etnograficamente esta região é fundamentalmente sunita e a língua dominante é o árabe (Quadro 2 /Anexo B). A língua árabe, de origem semita, é falada por cerca de 250 milhões de pessoas em todo o mundo, gozando de um estatuto privilegiado na sua dimensão étnica por ser associada ao Islão. O árabe, língua da «revelação» é, segundo os árabes a língua de Deus. O profeta era árabe. E é em árabe que são salmodiados os textos sagrados do Corão. No entanto, a língua não é universal, existindo diferenças na pronúncia, no vocabulário, na gramática entre o árabe literário religioso, o árabe literário clássico dos documentos oficiais, o árabe moderno dos media e de alguns países. No Norte de África existem diferenças entre o árabe Egípcio, e o da Mauritânia para com os restantes.

De acordo com os preceitos religiosos a organização social básica da sociedade é a família. Toda a região apresenta uma homogeneidade cultural (Quadro 2 /Anexo B) que se vai dissipando para Oeste, sendo que Marrocos e a Mauritânia são os que apresentam traços culturais e sociais que se evidenciam pela diferença. A alfabetização é baixa. A islamização ideológica tomou conta da maioria dos fenómenos sociais, educativos e políticos. Estes países de cultura islâmica tendem a imitar outras políticas seguidas por países católicos com o intuito de se modernizarem e alcançarem o progresso social. Este facto não tem tido a melhor aceitação, especialmente no meio universitário e entre as classes com níveis económicos mais elevados, que procuram a renovação e o reforço dos seus princípios islâmicos no interior da sociedade.

Como consciência étnica, o «arabismo» manifestou-se ao longo da história no mundo árabe como uma forma de preservação da identidade, antes de evoluir no século XIX para um sentimento nacionalista. O movimento do Renascimento árabe, a *Nahda*, desenvolveu-se no final no século XIX e tem muitas influências ancestrais. Este movimento cultural e ideológico assenta na unidade de todos os árabes e na herança árabe-muçulmana para edificação de um Império sucessor do Império Otomano em nome do nacionalismo árabe, *“pretendendo reunir num mesmo conjunto político todos os países em que o Islão é a religião mais ou menos maioritária”* (Lacoste, 2006: 495) Esta ideologia pan-árabe



degenerou no nacionalismo patriótico. Apesar de a «nação árabe» ser apontada como a referência, é a dimensão patriótica, intrínseca ao Estado nacional que é intocável, e que no final decide o comportamento real dos diversos regimes. No final dos anos 50 o desígnio pan-árabe é levado mais alto influenciado por Nasser, visto como um grande líder do terceiro mundo. Na realidade, o nacionalismo transformou-se no socialismo árabe, tendo o Egipto como único modelo a seguir. Assim, a união entre os países árabes consistia numa solidariedade entre Estados com a independência política em relação às grandes potências, e na vontade de se tornar uma força reconhecida à escala mundial. No entanto essa hegemonia desfez-se durante a guerra-fria com o alinhamento por diferentes potências. Do lado ocidental poderíamos encontrar a Líbia, a Tunísia e Marrocos, e com ideologias pró-soviéticas tivemos a Argélia e o Egipto⁹. Com a derrota humilhante na Guerra dos Seis Dias o Egipto e o seu líder Nasser, deixaram de ser o modelo regional provocando a ruptura entre Árabes e Muçulmanos¹⁰, tendo cada Estado iniciado políticas externas próprias. Após a morte de Nasser, em 1970, e com o líder líbio Kadhafi no poder desde 1969 foi tentado o reacender do movimento pan-árabe, mas sem sucesso. As múltiplas tentativas de união propostas à Tunísia (1974), ao Egipto (1972), a Marrocos (1984) e a outros países (Sudão e Chade) não passaram de tentativas atabalhoadas e vãs.

Os Berberes pertencem à população original do Norte de África, com uma população de cerca de 25 milhões são a segunda etnia mais representada. Constituindo uma percentagem relevante das populações de Marrocos, Argélia, Líbia e Tunísia. Este povo cuja língua original é o Berbere, está a abandonar o nomadismo nos espaços de montanha e do deserto para se fixar em espaço mais urbanos. Com esta alteração não é possível identificar uma área transversal com características comuns onde este povo seja predominante.

Ao analisar o factor humano, a abordagem às migrações é incontornável. Os fluxos migratórios são tendencialmente direccionados para países mais ricos e com melhores condições sociais, mas os movimentos internos e para o seu interior também são uma realidade. O Norte de África apesar de não ser uma região rica e com uma imagem difundida com elevados padrões de bem-estar, comparativamente com outras é mais segura e mais rica, mas não uniformemente. *“Os fluxos migratórios internos ou que atravessam esta região têm como possíveis causas: o crescimento demográfico, conflitos e tensões políticas e,*

⁹ O Egipto teve flutuações nas orientações ideológicas. Se Nasser era pró-soviético, o seu sucessor Sadate, com a política de abertura após 1974 teve mais influências Ocidentais.

¹⁰ No final dos anos 50, o árabe foi sobre elevado, influenciado por Nasser – o grande líder do Terceiro Mundo. O seu discurso era orientado contra o Ocidente. Cristalizado pela questão Palestiniana e a criação de um Estado Judeu, o árabe e o socialismo confundiam-se nos discursos de Estado de Nasser. Nas duas décadas que se seguiram nota-se um crescimento do socialismo que diminui com a sua morte.



pobreza e insatisfação social” (Pourtier, 2006: 19-22). A melhoria da situação económica e social da região tem diminuído a emigração, mas a solicitação de mão-de-obra externa agita a região¹¹. Com o aumento do bem-estar para os nacionais, a região está a tornar-se num local de passagem para emigrantes sub-saharianos que se tornam «candidatos» à emigração. E cidades, como Tanger e Tripoli, tornaram-se verdadeiros pólos de emigração para a UE, juntando-se no mesmo local alguns milhares de pessoas. Um exemplo desse facto é a Líbia, país com saldo migratório negativo no passado, tornou-se um importante espaço de trânsito para as populações sub-saharianas, ao ponto da sua ligação marítima com a Europa ser apelidado como o “Estreito da Sicília”, em comparação com Gibraltar.

No Egipto, apesar das melhorias das condições, o êxodo migratório é em direcção à Arábia Saudita. Recentemente tem-se ainda verificado um crescimento do movimento de comunidades de países asiáticos¹², para outros países africanos¹³, onde o Egipto é uma plataforma de apoio esse movimento.

¹¹ A actual situação económica menos favorável de outras regiões e as políticas de combate a imigração ilegal tem diminuído a procura de mão-de-obra não qualificada.

¹² Líbano, Síria, Paquistão e Índia.

¹³ Costa do Marfim, Gabão, Quénia, Senegal.



6. Factores Geopolíticos – Factor Circulação

Ao analisar o factor circulação pretende-se contribuir para a análise geopolítica onde a capacidade de potenciar ou desagregar a coesão interna de um Estado, assim como influenciar a disseminação de conhecimentos. O factor circulação além de estar directamente relacionado com o factor económico permite compreender qual “*capacidade de movimentação de forças militares e equipamento associado*” (Dias, 2005: 247).

O Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico são as vias de comunicação por excelência que servem e favorecem as relações culturais e comerciais com outras regiões. Ao nível terrestre as estradas são de razoável qualidade no litoral e degradando a sua capacidade quantidade e qualidade para o interior desértico. A situação da via-férrea é semelhante à rede rodoviária destacando-se a linha ferroviária no Egipto, paralela ao Rio Nilo. O pequeno caudal dos poucos rios existentes e o seu desnível não permite que os rios sejam navegáveis, não sendo por isso significativo o sistema fluvial, exceptuando-se o Rio Nilo. O sistema de circulação aéreo é garantido por vários aeroportos na região, compensando a fraca rede rodoviária e ferroviária, em especial para o interior do país. Excepto a Mauritânia, os restantes países têm pelo menos uma companhia aérea internacional e todos têm companhias para voos domésticos (Quadro 3/Anexo C).

A circulação de hidrocarbonetos faz-se cada vez mais por gasodutos. Os países produtores têm desde a origem *pipelines* para os seus portos e para países da Europa. Destacam-se os *pipelines* Argélia – Tunísia – Itália e Argélia – Marrocos – Espanha (Ilustração 1 /Anexo C).

As comunicações de relação são marcadas pelo reduzido número de jornais diários existentes, aliado à sua reduzida tiragem média (Quadro 3 /Anexo C), que neste caso revelam uma dificuldade de expansão e circulação de ideias, garantindo um controlo pela orientação religiosa e pelo poder instituído. Apesar de difundida a utilização de rádios e televisões esta não é extensível a toda a população, por motivos económicos, podendo ser considerada a distribuição como fraca quando comparada com o padrão europeu. A Internet, maior veículo de transmissão de ideias tem tido um crescimento, apesar de lento. Esta chega a cerca de 16,8% da população (Quadro 3 /Anexo C). Mas, o seu acesso é restringido, e segundo o relatório “*Enemies of the Internet*” dos “Repórteres Sem Fronteiras”, existe um controlo apertado pelas autoridades do Egipto (Reporters Without Borders, 2010: 16) e da Tunísia (Reporters Without Borders, 2010: 29) no acesso à internet¹⁴. Marrocos com capacidades mais limitadas no controlo, à entrada de informação

¹⁴ O controlo de informação à entrada no país é realizado por equipas especializadas que rastreiam o que pode ser difundido. São bloqueados os acesso a determinados sítios e páginas que contenham informações



na rede de Internet nacional, tem aplicado técnicas repressivas como penas de prisão a utilizadores de redes sociais que publicam ou divulgam artigos contra o Estado e o Rei (Reporters Without Borders, 2010: 3).

Outro indicador que permite compreender as políticas nacionais de disseminação de ideias é a distribuição de telefones fixos ou móveis. Destacam-se estes últimos pelo crescimento da sua disseminação tendo a média aumentado de 2 para 37% entre 2000 e 2008 (Quadro 3 /Anexo C).



7. Factores Geopolíticos – Factor Económico

A internacionalização das economias é um fenómeno que, na sua moderna acepção, é um processo relativamente recente, ainda que em constante evolução. De certa forma, poderíamos caracterizar esta internacionalização como um factor que admite quatro realidades distintas, mas simultaneamente interdependentes, que constituem o que hoje chamamos globalização, na sua vertente estritamente económica. Elas são: aumento do fluxo comercial; aumento do investimento internacional; desenvolvimento de mercados financeiros; e transferência de tecnologia. Assim, ao estudarmos este factor pretende-se entender as tendências económicas do Norte de África. Para tal estudaram-se indicadores que auxiliam a compreensão da situação económica regional.

O crescimento regional (Quadro 4 /Anexo D) diminuiu significativamente, como *“resultado do colapso do comércio global e as perturbações nos mercados financeiros mundiais, mas espera-se um crescimento impulsionado pela recuperação em curso”* (FMI, 2009: 27). Apesar de sentido mundialmente o *“impacto da queda nos fluxos financeiros propagou-se para os exportadores de petróleo [Argélia e Líbia], produtores de artigos manufacturados [Marrocos, Tunísia], e desta forma o comércio regional colapsou”* (FMI, 2009: 91).

Mas, com a recente melhoria das condições financeiras e a estabilização dos preços é espectável a recuperação económica. O lento crescimento real do PIB é ao mesmo tempo decepcionante e encorajador. Decepcionante porque as capacidades potenciais de recursos (Quadro 4 /Anexo D) e disponibilidade de mão-de-obra (Quadro 2/Anexo B), permitiriam um crescimento mais acentuados. É, por outro lado, encorajador porque atendendo que se trata de economias de subsistência¹⁵ foi possível manter valores positivos. Tal denota a correcta utilização dos saldos orçamentais para sustentar as necessidades internas, em especial a contenção das perdas de emprego (Quadro 6/Anexo E) através da criação de emprego público.

Todos os países da região foram afectados pela crise económica mundial. Na região destacam-se os produtores de hidrocarbonetos, onde as **exportações** líquidas (Quadro 4/Anexo D) diminuíram drasticamente, contribuindo para o abrandamento do crescimento, mas também foram afectadas as economias cujo turismo tem forte peso no PIB (Quadro 4/Anexo D), destacando-se o Egipto e a Tunísia. Esta última tem vindo a alterar as suas políticas económicas e está a diversificar as suas receitas¹⁶ permitindo-lhe aumentar a

¹⁵ A economia de subsistência caracteriza os Estados onde o principal das receitas provém do financiamento externo, das receitas da exportação de produtos primários ou da entrada de divisas por outros canais. Esta forma de economia não garante a produtividade a longo prazo, nem o valor acrescido, correspondendo apenas a uma utilização e não à produção de riqueza nacional (Pourtier, 2006: 34)

¹⁶ O aumento da presença de capitais estrangeiros e multinacionais é uma realidade. A presença da HP e da Airbus são o lado mais visível desta evolução económica. Com a aquisição de 16 Airbus (três A350-800s,



estabilidade económica.

A inflação aponta para valores médios de 7,25% (11,7% a 3,9%), em 2008. Para que este valor fosse estabilizado foi necessário o recurso a políticas fiscais mais prudentes, juntamente com a diminuição da dívida pública. Destacando-se a Mauritânia que conseguiu o perdão da dívida externa em simultâneo com a prospecção de hidrocarbonetos.

Para a região perspectiva-se a incerteza. A recuperação lenta dos mercados mundiais atrasa a recuperação regional. Afectando as entradas, as remessas e o «limitado» investimento directo estrangeiro. A diminuição das condições financeiras mundiais pode também ter repercussões regionais devido às dependências de ajudas internacionais. A região com elevados índices de pobreza (8% a 46,3%) (Quadro 4/Anexo D) está a condicionar os Estados a canalizar mais receitas para programas sociais, permitindo dessa forma não agravar os índices de desemprego. Estas são as condições que têm levado os Estados a redefinir as prioridades de atribuição de receitas, prioritizando os gastos em infra-estruturas e acções sociais, sem agravar a dívida pública.

De acordo com o FMI perspectivam-se uma série de reformas para fortalecer a resistência da região aos choques externos e perspectivar crescimento. Atingindo o desenvolvimento pela implementação de sólidas e transparentes políticas de gestão pública, nomeadamente através da melhoria da capacidade de gestão das finanças públicas e aplicação de quadros económicos a médio-prazo. O sector público deverá reorientar as suas políticas fiscais para melhoria das infra-estruturas de comunicação, serviços de saúde e educação e a introdução de programas orientados para redução da pobreza e incentivar o investimento privado e estrangeiro, através da redução dos custos de instalação de novas empresas (FMI, 2009: 93).

Desta forma, os Estados do Norte de África pretendem combater a pobreza (Quadro 4/Anexo D) que grassa numa população de cerca de 167 milhões de habitantes. Inerente e intimamente ligado à pobreza está o fenómeno da subnutrição que, segundo os dados da Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO), afecta entre 4% e 30% da população (Quadro 4/Anexo D). Mas estes valores são médios e ao analisar os valores individualmente identificamos as diferenças quer entre Estados quer entre os espaços rurais e urbanos. Eles reportam-se a uma situação actual, mas podem tornar-se mais críticos e degenerar em conflitos. Relembramos que conflitos devido à falta de alimentos não são uma situação nova nestes países. Durante a década de 80 na Argélia e no Egipto foram recorrentes as «marchas pelo pão», provocadas pela desigualdade no acesso aos alimentos.

três A330-200s e dez A320s), no final de 2008, tornou possível a implementação de uma unidade de produção na Tunísia que criou 2000 postos de trabalho.



As crises alimentares, que actualmente não podem ser vistas apenas como problemas humanitários, mas cada vez mais como problemas políticos, têm sido originadas por variados factores, destacando-se: os acidentes climáticos, as perturbações políticas, a má gestão de recursos e, má transições de colheitas¹⁷. O desajustamento entre a produção e a procura desde os anos 80 tem-se agravado. Apesar de alguns países como o Egipto estarem a investir no aumento da produção agrícola (Quadro 5 /Anexo D), o seu crescimento fica aquém do crescimento populacional, embora este se encontre em abrandamento. Na Argélia, as estatísticas disponíveis da FAO demonstram, que nos últimos 130 anos, existe um hiato entre a produção cerealífera e as necessidades das populações que se multiplicou por sete no país e por 25 nas zonas urbanas. A oferta é insuficiente face ao consumo elevado de trigo (180 a 210 kg/hab/ano), aumentando assim o volume das importações. Comparativamente a 1970, no ano de 2006 Marrocos aumentou em 20% a necessidade de importação e a Argélia e a Tunísia em 70%. O Egipto, o terceiro importador mundial de cereais, absorve 5% das exportações mundiais. Esta é uma dependência preocupante do país. A região tem um *deficit* crescente para quatro produtos alimentares: cereais, matérias gordas, açúcar e lacticínios. Para minorar as importações estão a ser desenvolvidos projectos de irrigação como é exemplo do oásis artificial de Al-Kufrah na Líbia que representa uma conquista ao deserto e uma evolução na capacidade produtiva alimentar.

De uma forma geral, e por razões diversas, a produção alimentar não é suficiente para a elevada população. Para prevenir problemas sociais, a solução consiste em importar para fazer face às necessidades, com o risco chocar com a produção nacional¹⁸. A urbanização, abertura a hábitos estrangeiros, e o aumento do nível de vida tem alterado o padrão de consumo das populações. O acréscimo da necessidade de arroz é um exemplo das alterações dos hábitos alimentares da população. Mas, é o aumento do consumo de produtos alimentares de origem animal (carne, leite e ovos) e cereais refinados que tem agravado a necessidade de importação. A oferta já não preenche as necessidades da população, apesar de alguns países serem grandes produtores de cereais (trigo e arroz) como o Egipto. Para responder aos novos hábitos alimentares tem sido necessário importar uma elevada quantidade de farinhas refinadas para a confecção de pão, bolachas e massas que cada vez mais fazem parte da dieta alimentar, em especial da franja populacional

¹⁷ A má transição de colheitas ocorre quando se aplica a cultura intensiva num determinado local provocando o desgaste do solo produtivo.

¹⁸ A época de colheita dos alimentos não é simultânea a nível mundial. A entrada no mercado nacional de determinado género antes da época das colheitas local faz com que o preço da produção nacional diminua. Outra forma de colidir com a produção nacional é a importação de bens face ao custo, alteram-se os hábitos alimentares da população, e são relegados para segundo plano os alimentos regionais mais caros.



emergente das classes mais desfavorecidas. Para diminuir esta necessidade de importação o Egipto e Líbia tornaram-se *landgrabs*, isto é, adquiriram terra em outros Estados onde produzem para alimentar a sua população (Ilustração 2 /Anexo D).

É frequente recorrer à determinação de um factor físico para explicar as dificuldades agrícolas regionais. As condições naturais não são as mais favoráveis. É inquestionável que uma grande parte da região é seca e árida, responsável por um stress hídrico confrangedor para a agricultura, associado à reduzida pluviosidade.

Para além dos factores naturais, têm contribuído para a dificuldade da produção agrícola as condições sociais, técnicas, políticas, e sobretudo demográficas. Com o índice de produção cerca de 1/25 dos padrões médios europeus, os rendimentos agrícolas tendem a estagnar. A maquinaria está pouco difundida e esta é uma actividade maioritariamente exercida por mulheres e idosos. Os mais jovens e mais fortes encaminham-se para os restantes sectores, localizados sobretudo nas zonas urbanas. Este fluxo urbano tem contribuído para a diminuição da população rural. A utilização de técnicas de irrigação está em crescimento com programas nacionais curso, assim como co-financiados, ou patrocinados por entidades externas contribuindo para o aumento do espaço agrícola. A distribuição das terras é outro factor que contribui para o baixo índice de produção, e apesar dos grandes espaços agrícolas fazerem cada vez mais parte da paisagem regional, a presença de pequenas explorações de subsistência permanece por oposição à sofisticação e extensão das primeiras, apesar de obterem maior diversificação produtiva.

A ajuda alimentar, já referida anteriormente, também está a contribuir para que os padrões da agricultura se alterem. Na Mauritânia, 40% da população vive de ajuda alimentar externa (Banco Mundial). O número crescente de Organizações Não Governamentais (ONG) tem contribuído para que as populações se desloquem dos espaços rurais para as zonas urbanas onde se concentram os principais locais de distribuição de ajuda. Neste Estado, desde a sua independência em 1960 até ao início do presente milénio, tem-se verificado um aumento da ajuda alimentar. Mas que, com o início da comercialização do petróleo em 2005 tem vindo a diminuir, uma vez que o Estado tem aumentado as suas responsabilidades sociais.

Curiosamente, e apesar de África consumir 23% das ajudas humanitárias alimentares mundiais, apenas 8,7% dos produtos distribuídos são aí produzidos, sendo o maior fornecedor do Norte de África de bens para venda a organizações de ajuda alimentar o Egipto.

Os cidadãos nacionais emigrados continuam, de uma forma geral, identificados com o país de origem, especialmente se mantiverem relações familiares. Estes laços



familiares estão intimamente ligados com o envio remessas. Este tipo de entrada de divisas em alguns casos está a tornar-se como essencial para a economia e a estabilidade social e política. No Egipto, o total das remessas equivale a 80% do valor das exportações, excluindo o valor gerado pelas portagens do canal do Suez e o turismo. Para Marrocos estima-se uma diáspora de 2,5 milhões – cerca de 8% da população. Se entre 1975 e 1998, as remessas representaram cerca de 6,5% do PIB Marroquino, em 2002 já permitiram cobrir 8% do défice. O montante proveniente das remessas constitui assim uma significativa entrada de divisas. Tal facto explica porque os emigrantes estão a ser alvo de maior atenção por parte dos países de origem, procurando cativar as segundas e terceiras gerações. Marrocos tem privilegiado estes procedimentos através da criação de mecanismos económicos, como é o caso do Banco Popular, com várias agências espalhadas pela Europa, onde valor tributado pela transferência de capitais é empregue, parcialmente, na Fundação Hassan II. Esta fundação destinada aos marroquinos residentes no estrangeiro desenvolve actividades culturais e de educação para garantir a sua ligação com Marrocos.

Apesar dos efeitos positivos que o envio de remessas possa ter, este também tem efeitos perversos. A presença de capital favorece o valor crescente das importações de produtos manufacturados em detrimento da produção local. A chegada destes fundos tende a aumentar o preço de serviços e produtos, restringindo a população com possibilidade de os adquirir. Ou seja, desenvolve-se uma situação de dependência nefasta no que diz respeito a uma fonte de divisas sujeita a importantes variações.

A situação levanta também a questão do uso dessas remessas. Se uma entrada de divisas é *a priori* favorável para a economia de um país, tal não favorece automaticamente o desenvolvimento. Estudos económicos, nesta região, têm demonstrado que o investimento das remessas é vocacionado largamente para o sector imobiliário. O sector imobiliário onde o conhecimento e as técnicas adquiridas pelos trabalhadores raramente se traduzem em transferência de competências, pois estes depois de qualificados tendem a emigrar. Assim, a emigração, porque abala todos os sectores do país de saída significa uma perda substancial nas economias nacionais. Os ganhos financeiros e tecnológicos, por mais importantes que sejam, jamais podem compensar a perda gerada pela emigração.

Os recursos minerais estão presentes em todo o Norte de África. Das minas espalhadas ao longo de toda a região é possível extrair diversos minérios¹⁹. O fosfato,

¹⁹ Destacando-se na Argélia: o ferro, fosfato, urânio, chumbo e zinco; no Egipto: ferro, fosfato, magnésio, calcário, gesso, talco, amianto, chumbo e zinco; na Líbia o gesso; em Marrocos: minério de ferro, magnésio, chumbo, zinco e sal; na Mauritânia: gesso, cobre, fosfato, diamantes e ouro; e na Tunísia: fosfatos, ferro, chumbo, zinco e sal.



minério destinado à produção de fertilizantes, detergentes e produtos para o controlo de organismos poluentes é o minério mais extraído. A importância deste minério para a balança comercial do terceiro produtor mundial – Marrocos, é fundamental por representar mais de 30% do valor das exportações (Quadro 4 /Anexo D).

A exploração de hidrocarbonetos, iniciada nos anos 50 tem-se traduzido em transformações radicais na forma como o espaço é ocupado. Crescem cidades nos desertos, estradas, portos e infra-estruturas das mais diversas multiplicam-se ao longo dos territórios e os movimentos migratórios estancam. No entanto, as tentativas de industrialização não estão a conduzir ao sucesso idealizado. Nos Estados da região em análise a exploração de hidrocarbonetos tem aumentado a urbanização, diminuindo a população rural e quase levou ao desaparecimento dos povos nómadas localmente característicos. As taxas de crescimento urbano elevadas como afirmação da modernidade e do sucesso têm cativado a atenção dos governantes locais. A construção desses espaços urbanos têm sido um aglutinador da mão-de-obra disponível, seja nacional, seja estrangeira deixando a mesma de estar disponível para outros sectores, em especial o primário.

O turismo, ainda sem dimensão interna, tem-se tornado o principal gerador de riqueza de alguns dos Estados em estudo como a Tunísia e o Egipto. Outras fontes contribuem para os PIB nacionais destacando-se as receitas dos direitos de passagem: pelo espaço aéreo nacional, pelo canal do Suez e ainda os *pipelines* que atravessam Marrocos e a Tunísia. Mas, desde os anos 80, neste espaço geográfico alargado, que com a perda de fontes de receita de origens tradicionais, os lucros provenientes de actividades ilegais têm aumentado. A ajuda à imigração ilegal, tráfico de pessoas, produção e transporte de drogas são elevadas e são as actividades ilegais que mais de destacam na região.

Marrocos, Tunísia e Líbia evidenciam-se pelo apoio ao movimento ilegal de pessoas em direcção à Europa. Na produção de drogas Marrocos, identificado como principal produtor mundial de *cannabis* e resina de *cannabis* é o Estado em evidência²⁰. Esta cultura, praticada legalmente na região montanhosa central²¹, numa área de cerca de 130.000 hectares emprega aproximadamente 800.000 pessoas, gerando uma receita de dez milhões de dólares anuais (World Drugs Report 2009, 2010: 89).

²⁰ De acordo com o World Drugs Report das NU, Marrocos produz de cerca de metade de *cannabis* e resina de *cannabis* a nível mundial.

²¹ O cultivo de *cannabis* em Marrocos (no Rif) é uma actividade legal. O Rei Mohamed V (avô do actual Rei) à data da independência permitiu a continuação deste cultivo tradicional para não hostilizar as populações que sempre tiveram tendências separatistas. A exportação, por motivos óbvios, não foi proibida e tem sido justificada por responsáveis políticos com a tolerância do consumo de alguns países europeus. Na década de 90 a área ocupada pela cultura de *cannabis* era superior à que ocupavam os citrinos e o seu valor muito maior. Acresce que a maior parte dos solos ocupados por esta cultura é pobre.



8. Factores Geopolíticos – Factor Institucional

Para estes Estados, como outros que professam o Islão, *“não existe distinção entre o direito civil e o direito canónico, havendo apenas uma lei, a shari’a, aceite pela comunidade como sendo de origem divina e regulando todas as actividades”* (Menezes, 2009: 105). A imposição do islamismo – movimento totalitário – *“é um projecto controverso no seio dos próprios islâmicos, pelos poderes consideráveis atribuídos aos ulémas²² e líderes políticos que afirmam falar em nome de Deus”* (Lacoste, 2006: 495).

Os Estados nesta região são bem caracterizados pelos dos seus grandes líderes que desenvolveram ambiciosas políticas de desenvolvimento: no Egipto, Nasser; na Tunísia Bourguiba; na Argélia, Boumediene; na Líbia, Kadhafi; e em Marrocos Hassan II. Cada um destes grandes líderes identifica-se com um ou vários grandiosos projectos com visibilidade ao longo no século XX. Eles correspondem à visão de «desenvolvimento» da sua época.

A actual concepção de Estado no mundo Islâmico está distanciada da realidade Europeia. O poder é sustentado por um pacto de clãs, tribos ou famílias como é o caso de Muammar el Kaddafi na Líbia – o guia da Revolução e chefe da família beduína dominante. Pode ainda o poder ser sustentado numa monarquia de uma família dominante como é o caso do Mohamed VI de Marrocos. Ou ainda a existência de uma república controlada por partidos políticos com fortes representações como no Egipto o NDP de Mohamed Hosni Mubarak, na Argélia a FLN ou na Tunísia o RCD do ditador Zine el Abidine Ben Ali. E o poder exercido pelas diferentes Juntas Militares na Mauritânia após golpes de Estado (Quadro 6 /Anexo E).

O desenvolvimento do islamismo radical no Norte de África, numa altura de mudança geoestratégica e geopolítica, motivada pelo fim da Guerra Fria, num ambiente cada vez mais global, é a consequência lógica da «pobreza» dos líderes políticos que se recusam em ceder a posição privilegiada, mas também a corrupção nas «pseudo-elites» sociais transmitindo para a sociedade uma imagem de um poder arrogante minada pela corrupção, ineficiência e má gestão.

É neste cenário que o Islamismo, como corrente política, surge como alternativa às correntes políticas actuais. Porque face a uma possibilidade de perda de influência, os líderes políticos desta região apresentam uma elevada resistência ao agendamento de reformas. A possível afirmação do Irão, no panorama mundial actual, pode ser a fonte inspiradora para a criação de Estados teocráticos com uma postura hostil à modernidade. Potencialmente, as políticas fortemente marcadas pelas correntes ideológicas com um cariz

²² Os doutores da Lei (Lacoste, 2006: 495)



marcadamente anti democrático podem fazer com que a população mais jovem das sociedades venha a integrar movimentos radicais violentos.

Para o World Bank, *“melhorar o desempenho do sector público e da governação é um pilar fundamental na sua estratégia de compromisso para o Norte da África”* (2003: 52). A ligação entre a governação e desenvolvimento é um facto. A má governação enfraquece o ambiente económico para o investimento produtivo, tornando as políticas menos correctas e impondo custos burocráticos. Também enfraquece a prestação de serviços públicos, porque deixa de servir aqueles que dependem desses serviços.

Numa altura de crescimento demográfico, e alargamento do acesso à informação, as aspirações dos jovens estão a alterar, no entanto ficam limitadas pela incapacidade governativa no crescimento económico. Assim, a incompatibilidade crescente entre as aspirações e as capacidades governativas são uma questão que carece uma resolução urgente.

No Norte de África a administração pública é fraca. Comparando os indicadores de qualidade da administração pública e de responsabilidade pública, estes são mais baixos que outras regiões do mundo, ficando apenas, atrás a região África sub-sahariana.

É inevitável a associação má governação e mau desempenho económico. No entender do Banco Mundial *“a região tinha, durante os anos 80 e 90, taxas de crescimento do PIB decepcionantes e uma análise recente permite concluir que a taxa de crescimento anual poderia ter sido maior, quanto maior fosse a qualidade da administração pública devido ao melhor desempenho económico”* (Banco Mundial). Igualmente importante, é o facto da fraca estrutura governativa ter proporcionado um acesso desigual aos serviços públicos desde a educação até ao acesso à Internet, *“que são inferiores ao espectável de acordo com as capacidades regionais. Esta fraqueza ameaça até os ganhos que os países tenham já feito no âmbito dos serviços sociais”* (Banco Mundial). Em suma, uma governação deficiente compromete o desenvolvimento humano.

As percepções de uma governação desadequada escondem uma realidade mais complexa. Apesar da dispersão das características do sector público, a região caracteriza-se, comparativamente com regiões com semelhante rendimento, por bom desempenho nos indicadores de controlo da corrupção, Estado de Direito, direito das propriedades, administração dos recursos públicos, administração dos funcionários públicos e cumprimento de leis e regulamentos. No entanto, o pior desempenho revela-se na transparência da gestão pública²³. Os problemas da má governação são potenciados pela

²³ Para este indicador contribuem actividades como aceder a informações da gestão pública, realizar um debates públicos, gozo de direitos civis pelos funcionários públicos.



sobredimensão do sector público. Onde os gastos rondam os 30%, impulsionados, em parte, pelo imperativo de combate ao desemprego decorrente do crescimento demográfico. No entanto, as taxas de desemprego rondam os 13,4%.

Apesar dos índices de desemprego serem elevados o abandono do sector primário é cada vez mais uma realidade, sendo notório que a população procura as zonas urbanas onde estão localizadas as melhores condições de vida²⁴ (Quadro 6 /Anexo E). Para melhorar as condições de vida das populações estão a ser realizados alguns esforços por alguns dos governos.

Os recursos hídricos dependentes do clima, que como já vimos anteriormente, é na quase totalidade, árido ou semi-árido, não são abundantes especialmente no deserto. Para a satisfação das necessidades hídricas – domésticas, industriais e agrícolas, estão a ser construídas represas, diques, barragens e até cursos de água²⁵. Outras técnicas para a retenção de água são poços, cisternas e cisternas enterradas. Apesar da quantidade de água disponível ser relativamente fácil de obter, não foi possível identificar uma fonte credível que contivesse a informação de recursos hídricos no subsolo. Mas foi possível identificar como problema regional, devido a vários factores²⁶ a crescente salinização da água no subsolo na Argélia, Marrocos, Mauritânia, Tunísia, Egipto²⁷, assim como o desperdício em condutas devido à rápida deterioração e extensão das mesmas (African Development Bank, 2007: 101), limitando o acesso a água potável, em especial nas zonas rurais.

A dependência alimentar externa é uma limitação de actuação destes Estados no plano Internacional. Se um embargo ocorrer sobre as exportações ou com o embargo sobre as ajudas pode ser fatal para o governo, a população não pode suportar períodos de tempo extensos uma ruptura de aprovisionamentos ou uma escalada de preços. Esta dependência beneficia as potências agro-alimentares e doadoras, exercendo pressões junto destes Estados.

A avaliação das estruturas sociais é relevante pois *“fazendo, de modo explícito, o cruzamento de variáveis, entre as quais a saúde e os cuidados de saúde poderemos ter indicadores privilegiados da qualidade-capacidade global de um Estado”* (Tognoni, 2009: 47). Como variáveis temos as condições socio-económicas básicas das populações, as políticas governativas para a área da saúde, a cultura, o desenvolvimento da investigação e a

²⁴ Para esta afirmação contribuíram os seguintes índices: distribuição da pobreza (urbana/rural), acesso a água potável, saneamento, nascimentos assistidos por pessoal médico, crianças na escola (urbano/rural).

²⁵ A Líbia está a construir um curso de água, cuja finalidade é providenciar água às culturas que se encontram em desenvolvimento no deserto do Sahara.

²⁶ Perfuração ilegal, desconhecimento dos recursos exploráveis, não coordenação das entidades responsáveis pela gestão hídrica e a indefinição da locação da água (African Development Bank, 2007: 101)

²⁷ A Líbia não apresenta dados suficientes para esta avaliação.



disponibilidade tecnológica.

São identificados como factores determinantes da evolução positiva da Esperança Média de Vida (EMV), a melhoria das condições socioeconómicas, o saneamento básico e o acesso a água potável, a nutrição adequada e os progressos da medicina. Apesar de lento, é efectivo o esforço nesse sentido. Dos esforços desenvolvidos destaca-se a cooperação da China com a Argélia, colocando no país 2.000 cuidadores de saúde (MNE China), caso contrário seria o Estado da região com menos profissionais de saúde por habitante, assim como os programas de controlo do HIV/SIDA (Quadro 6 /Anexo E) e de vacinação de crianças (Quadro 6 /Anexo E). Assim a EMV tem tido uma evolução positiva em todos os países, sendo que mais lenta nos países mais pobres ou onde os conflitos persistem (Marrocos e Mauritânia). Podemos verificar tal no Índice de Desenvolvimento Humano médio onde o Egipto e a Argélia são um bom exemplo. No sentido inverso destaca-se a Mauritânia com perda de esperança de vida, em parte, devido às convulsões políticas.

Da análise destes factores também é possível determinar que a riqueza de um país, determina, de forma indiscutível, ganhos para a saúde. Os países com crescimento económico têm consequências directas no bem-estar das populações e na prosperidade da evolução da EMV. *“A saúde, factor transversal a todas as políticas é também geradora de riqueza e de desenvolvimento. Há evidência da relação estreita e biunívoca entre a qualidade de um sistema de saúde e a saúde, o bem-estar e a prosperidade de uma sociedade”* (Machado, 2009: 55). Por outro lado, os valores que se traduzem na universalidade e equidade do acesso aos cuidados de saúde, podem determinar o nível de bem-estar social e de prosperidade de um país. Países com um elevado PIB, mas com grandes desigualdades no acesso, perpetuam bolsas da população com piores níveis de saúde.

Quanto ao ambiente, uma situação socio-económica deficiente que inclui baixa escolaridade, pobreza e más condições de habitação potencia mal-nutrição e aumento de frequência de doenças acelerando o processo de envelhecimento e morte precoce.

Assim nesta região a EMV é de 73 anos onde apenas o país mais pobre, com maior índice de iliteracia e com menos gastos na saúde – a Mauritânia se destaca pela negativa. De uma forma geral, o aumento da EMV é uma manifestação de progresso e de melhoria das condições humanas, mas também é um desafio sob o ponto de vista social, médico e financeiro.

Os direitos liberdades e garantias não se mostram suficientemente garantidos e a todos os Estados foram feitas recomendações, especialmente, no que refere a Direitos Humanos, liberdade de expressão e liberdade política (p 3 /Anexo E).



9. Factores Geopolíticos – Factor Militar

Durante muitos anos, o contexto geopolítico da Guerra-fria proporcionou que o Norte de África fosse considerado como uma região secundária. Actualmente numa nova realidade a região recuperou o estatuto de outrora, que com um número crescente de riscos e ameaças que gera, tem-se tornado foco de atenções.

Como vimos anteriormente, a crise financeira global, juntamente com a redução das matérias-primas e aumento do preço dos alimentos, durante 2007, 2008 e 2009, atingiu fortemente o Norte de África. Na região, o crescimento diminuiu, afectando os projectos militares de investimento em curso e futuros²⁸. Não obstante os dados contraditórios em relação à região denota-se que apesar das rivalidades e tensões persistentes em todos os Estados (Quadro 10 /Anexo F) nenhum se está a preparar para entrar em conflito directo com Estados vizinhos e perspectiva-se que caso venham a acontecer serão limitados. Alguns destes Estados têm ou tiveram disputas fronteiriças no passado, como foi referido no segundo capítulo. Incidentes de baixa-intensidade continuam a ocorrer na fronteira Argélia-Marrocos. Mas, nenhum desses incidentes se potenciou tornar num conflito de maiores dimensões desde que esses Estados se tornaram independentes nos anos 60. Mais recentemente, várias foram as forças enviadas para apoiar, os Estados árabes no conflito Israelo-Árabe, no entanto, à excepção das Forças Armadas do Egipto²⁹, esses empenhamentos não tiveram relevância militar.

Actualmente na região apenas dois Estados não têm capacidades militares significativas – Mauritânia e Tunísia. Inversamente destaca-se o Egipto pela dimensão, e a Argélia que tem umas Forças Armadas qualitativamente e quantitativamente capazes onde se perspectiva a continuidade dos investimentos em equipamentos tecnologicamente avançados. Em sentido inverso Marrocos e a Líbia vêem-se obrigados a abrandar os investimentos, Marrocos por falta de recursos financeiros e a Líbia por falta de potencial humano para contrabalançar o potencial humano dos seus vizinhos Argélia e Egipto. Para minorar esta vulnerabilidade a Líbia tem procurado equipar-se com armamento e equipamentos modernos, onde França e Portugal têm sido interlocutores preferenciais.

Apesar da dimensão e capacidades não é espectável que realizem projecção das suas capacidades militares ofensivas nem para a Europa nem para o restante continente

²⁸ O Egipto e a Argélia estão entre os 15 principais destinatários de material militar, tendo sido realizada aquisições no período de 1999 a 2008 de 3,03% e 2,12% respectivamente, do total de aquisições de armamento militar convencional. Do total o Egipto adquiriu 79,57% aos EUA e a Argélia 74,66% à Rússia.

²⁹ Desde 1948, o exército egípcio, nas quatro guerras que teve de travar (cinco, se levarmos em conta a guerra contra Iémen) não deu provas de grandes capacidades militares, a não ser em 1973, quando atravessa o canal do Suez e, derrota, na margem Leste, a frente defendida pelo Exército israelita apanhado de surpresa nas festividades judaicas do Yom Kippur.



Africano. Actualmente como imagem de capacidade militar dos Estados da região é o volume de militares que se encontram integrados em missões internacionais (Quadro 8 /Anexo F).

No plano cooperativo no Norte de África é a *North African Regional Capability* (NARC) que está em destaque. Esta força de escalão Brigada, para a qual contribuem os Estados do Norte de África teve um início lento, mas que com o impulso do Egipto e da Líbia se tornou uma realidade, apesar de ainda não terem planeado ou realizado qualquer exercício. O progresso desta força está a ser dificultado pela falta de cooperação multilateral cujo exemplo mais visível é provocado pelo impasse Argélia-Marrocos na questão dos Territórios do Sahara Ocidental. As limitações desta força estão nos cenários passíveis de actuação, capacidade de projecção, autosustentação e convivência política³⁰ em determinadas missões. Estas limitações não são exclusivas das Forças no Norte de África, mas extensíveis à quase totalidade de forças desta organização regional. Com vista a diminuir estas limitações estão a ser desenvolvidos projectos. A Argélia lidera o grupo da NARC no desenvolvimento de capacidade de transporte aéreo Estratégico.

Actualmente as forças militares do Norte de África cooperam nos esforços nacionais para a criação de capacidades que contribuam para a segurança interna, defendam as fronteiras e transmitam prestígio nacional. Estes Estados também estão numa fase adaptativa às ameaças do terrorismo, guerras assimétricas e proliferação de armas de destruição em massa. Esta análise compreensiva é feita com base na actual estrutura de forças da Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia – no exército, marinha, força aérea, paramilitares e forças de segurança. Apesar de as forças terem crescido de forma inferior ao crescimento económico ou ao crescimento demográfico, os investimentos em equipamento, recrutamento, treino, capacidades logísticas, infra-estruturas e sustentabilidade têm tornado as capacidades militares regionais cada vez mais eficientes.

A afirmação das Forças Armadas na sociedade foi feita ao longo da história, pelo papel activo que desempenharam na luta pela emancipação nacional. Na realidade controlam os novos sistemas políticos de uma forma directa através de ditaduras militares

³⁰ Esta força foi planeada para actuar em seis possíveis cenários de acordo com a realidade do continente Africano. Os cenários 1, 2 e 3 são basicamente missões de observadores militares; o cenário 4 – manutenção de Paz e projecção de forças para prevenção da Paz; cenário 5 – Manutenção de Paz multi-dimensional; e cenário 6 – acções militares contra genocídio. Esta força tem capacidade de desenvolver acções militares como observadores; pode operar num cenário de manutenção de Paz e projecção de forças com pré-aviso de 30 dias sem capacidade de autosustentação. Para o cenário 5 – as capacidades são mais limitadas devido às limitações de combate contra subversivo e nas componentes civis especialmente a nível policial e de administração pública; para o cenário 6 não se prevê que venha a ter esta capacidade antes de 2020, devido às necessidades políticas e forças dos Estados intervenientes.



ou indirectamente de várias formas³¹ ou ainda através da participação activa na vida económica nacional. A Argélia, exemplo de sucesso, na supressão das actividades de ameaças islâmicas em 2005 e 2006, tendo alterado a situação apenas em 2007 quando a maior das milícias resistentes – Grupo Salafista da Pregação e Combate, se reorganizou e redefiniu o seu caminho como seguidores de Abu Masub al-Zarqawi. Este grupo agora chamado al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM), é uma ameaça à segurança nacional na Argélia, tendo adoptado os procedimentos de ataques com bombistas suicidas. O grupo tem causado um elevado número de ataques com baixas bem sucedidos o que ameaça a destabilização dos vizinhos da Argélia através do fornecimento logístico e treino a organizações similares, que ainda estão numa fase inicial de desenvolvimento, especialmente na Líbia, em Marrocos e na Tunísia. Combater a al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM) consolidando a capacidade militar de contra subversão e anti terrorismo é uma das prioridades militares da Argélia (Quadro 10 /Anexo F).

Um outro aspecto importante para as políticas de defesa destes países são as políticas nucleares, especialmente numa altura em que se suspeita que o Irão está a mudar o panorama internacional de proliferação nuclear. Quase todos os Estados do Norte de África têm planos ou têm em desenvolvimento planos nucleares (Anexo F - Programas Nucleares) – que apesar de civis podem degenerar nos programas militares que têm tanta popularidade em especial na comunidade árabe. Os programas nucleares onde *“um número de países com programas de energia nuclear tem a capacidade, se quiserem, para fabricar armas nucleares dentro de uma questão de meses, se a sua segurança mudar percepções, porque eles dominam a tecnologia crítica – o enriquecimento de urânio e de reprocessamento de plutónio”* (Mohamed El-Baradei in Daily News Egypt, 2009). Assim a evolução da questão nuclear continuará em aberto, lembrando que todos os Estados são membros da Agência Internacional de Energia Atómica, mas a qualquer momento pode deixar de o ser.

³¹ Através de competências judiciais e policiais sem limitações de intervenção. Um exemplo para esta forma de influenciar a vida económica e política do país foi a alteração da legislação que permite as Forças Armadas da Argélia realizar acções de investigação em assuntos de interesse vital para o país. Esta alteração ratificada pelo Presidente Argelino é vista por analistas como a «ferramenta» do poder político contra a crescente corrupção nacional. O primeiro fruto desta alteração legislativa foi a investigação e identificação de corrupção na maior empresa da Argélia a SONATRACH em Fev2010, que levou a várias detenções.



10. Interação com as influências externas

Tomando em consideração tudo o que foi supra referido, no que concerne a uma análise geopolítica e geoestratégica do Norte de África perante alguns actores do resto da comunidade internacional e seus respectivos subsistemas, é imperativo referirmos e abordarmos a matéria através de uma metodologia multifacetada e multidimensional, pois a diversidade e complexidade de actores das relações internacionais impele-nos para uma abordagem o mais abrangente possível.

a. União Europeia e Diálogo 5+5

A estratégia UE-África ficou decidida com a declaração de Lisboa em Dezembro de 2007. Esta estratégia, alicerçada no princípio de alteração da posição Europeia de doador para parceiro, foi o ponto de viragem nas relações UE – África. Desde essa data estão a ser preparadas estratégias de uma forma conjunta para África para serem implementadas logo que possível. Estas são de elevada importância porque torna possível identificar problemas comuns ou que podem ser resolvidos de forma cooperativa. Esta estratégia, muito recente, e cujos resultados são ainda muito limitados, tem como linhas de acção: paz e segurança; governação democrática e Direitos Humanos; comércio, integração regional e infra-estruturas; *Millenium Development Goals*; energia; alterações climáticas; migração, mobilidade e emprego; e, ciência, sociedade de informação e espaço.

*"Muitos desses países estão geograficamente longe do Mediterrâneo. Mas no mundo pós-11 de Setembro a relação da Europa com o universo muçulmano é de uma importância estratégica vital. E essa relação passa em grande parte por aquele mar".*³²

O Processo de Barcelona de 1995 materializa a Parceria Euro-Mediterrânica celebrada entre os 15 Estados da União Europeia³³ e os «vizinhos» do Mediterrâneo³⁴. Esta parceria construída com base no princípio de uma “área de Paz, segurança e prosperidade”, onde as questões culturais foram reconhecidas como um elemento essencial para o entendimento. Conforme é salientado no terceiro capítulo do Processo de Barcelona “*lidar com as questões sociais, culturais e humanas são os principais objectivos para o desenvolvimento dos recursos humanos, a promoção da compreensão entre as culturas e o intercâmbio nas sociedades civis*” (Processo de Barcelona, 1995: Cap III).

No entanto, os problemas cuja origem está mais centrada no Mediterrâneo não

³² Frase proferida pelo então Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Severiano Teixeira, em Setembro de 2007 quando foi promovida, no âmbito da presidência Portuguesa da UE, uma reunião entre os 27 chefes de Estado e os 5 da União do Magreb Árabe e o Presidente da União Africana.

³³ Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia (actualmente conta com os 25 Estados Membros)

³⁴ Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia (em 2004 Chipre e Malta integraram a UE, mantendo os acordos anteriores do Processo)



afectam todos os Estados da UE de igual forma, assim alguns Estados da UE desenvolveram novas parcerias com abrangência mais reduzida. Desta forma surge o Diálogo 5+5.

O diálogo 5+5 é um *fora* de debate informal no Mediterrâneo Ocidental, que desde 1990 reúne cinco países da costa Norte – Espanha, França, Itália, Malta e Portugal, e cinco países da costa Sul – Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. *“Estes dez países partilham a visão de que os problemas de segurança que afectam os países Mediterrânicos representam uma ameaça para todos e reconhecem que a melhor maneira de resolver esses problemas é através de uma abordagem combinada e coesa”* (Teixeira, 2009: LIV).

Este Diálogo teve por base a nova realidade da globalização e a inevitável interdependência de assuntos no Mediterrâneo. Assim este Processo de Cooperação projectado como um complemento ao Diálogo entre a União do Magreb Árabe e a UE. Tem servido como plataforma de troca de ideias para a concertação de temas de interesses comuns no Mediterrâneo Ocidental. Com o evoluir deste projecto, que se tinha estabelecido como informal e flexível para impulsionar uma cooperação reforçada entre os países do Diálogo 5+5 de natureza eminentemente práticos, tem-se traduzido em acções concretas, nas áreas que têm sido desenvolvidas. Estas desde a sua criação foram, por ordem cronológica: Assuntos Internos, desde 1995; Imigração (Trabalho e Assuntos Sociais), desde 2002; Relações Parlamentares (Chefes de governo), desde 2003; Defesa, desde 2004; Turismo, desde 2006; e, finalmente, dos Transportes, desde Março de 2007. Estes foram os assuntos que têm consolidado o Diálogo 5+5, como um *fora* de cooperação regional reforçada pelo carácter multidisciplinar no Mediterrâneo Ocidental.

Este Diálogo é um dos assuntos prioritários das agendas políticas dos países que o integram. Até ao momento foram realizadas nove reuniões com uma interrupção de dez anos entre a primeira e as seguintes, devido às sanções internacionais impostas à Líbia. A nona reunião teve lugar em Abril de 2009, em Espanha. Mas, reunião de chefes de Estado apenas ocorreu uma vez (Túnez em 5-6 de Dezembro de 2003).

Existe uma grande confiança neste Diálogo como um marco flexível muito útil e eficaz de entendimento multidisciplinar. É necessário reforçar o Diálogo 5+5, aproveitando todas as sinergias criadas tanto verticais como horizontais, com o intuito de impulsionar o processo de integração regional do Magreb. Nas conclusões da última reunião acordadas em Córdoba em Abril de 2009 destaca-se: a iniciativa Franco-Tunisina de criar um *fora* sobre educação, e a proposta da Argélia de criar um novo sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a que Espanha associou a sua proposta de Energias Renováveis. Desta forma, passa o Diálogo 5+5 a ter nove *forum* de cooperação sectorial:



Assuntos Externos, Assuntos Internos, Imigração, Transportes, Defesa, Turismo, Relações Parlamentares, Educação e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

b. União Africana

A procura de integração política e económica Africana, que começou fora do continente, finalmente levou à formação da Organização de Unidade Africana (OUA) em 1963 e que deu origem à União Africana (UA) em 2002. Apesar dos interesses divergentes e concorrentes dos Estados, tanto a OUA como a UA materializam o esforço colectivo para atingir uma integração formal e o desenvolvimento. Com 53 Estados membros³⁵ a UA tem realizado esforços para a construção da Unidade continental e o desenvolvimento num mundo cada vez mais globalizado. No Continente Africano estão localizados alguns dos países mais pobres do Mundo. Este Continente também se caracteriza pela fractura política e pelas sociedades estratificadas em grupos pobres e ricos, letrados e analfabetos e está dividido pelas religiões mais tradicionais – o cristianismo e o islamismo. Mas, é a divisão política e social que continua a afectar a estabilidade da União Africana e o desenvolvimento do Continente. Actualmente, têm surgido defensores da UA, como o líder líbio coronel Muammar al-Kadhaffi, que propõe a criação de uma Federação formal como a única forma de combater a pobreza, a iliteracia e uma miríade de outros desafios que são colocados ao continente.

A União Africana em Julho de 2001 acolheu a Nova Iniciativa Africana, que mais tarde se passou a designar por Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (*NEPAD – New Partnership for Africa’s Development*). “Esta parceria, foi lançada oficialmente em Outubro de 2001, representa a estratégia a longo prazo para a recuperação de África promovendo o fortalecimento da democracia e da economia regional” (Dean; 2004: 1313). Os Chefes de Estado da Argélia, Egipto, Nigéria, Senegal, e África do Sul foram os responsáveis pela preparação da parceria, actualmente têm a seu cargo a gestão. Em Junho de 2002 os Chefes de Estado e de Governo ratificaram a *Declaration on Democracy, Political, Economic and Corporate Governance* e anunciaram o *African Peer Review Mechanism*, cujo secretariado foi assumido pela Comissão Económica para África das NU, constituindo-se como um marco no processo de desenvolvimento. No mesmo mês o G-8 congratulou a UA pela NEPAD e adoptou o Plano de Acção para África em apoio à iniciativa.

³⁵ Dos países do Continente Africano apenas Marrocos não pertence à organização por ter optado sair na data em que foi reconhecida a República Árabe Saaraui Democrática como Estado integrante. Actualmente encontram-se suspensos os seguintes Estados por Golpes de Estado nos anos indicados: Guiné (DEC2008), Mauritânia (AGO2008), Madagáscar (JAN2009) e Níger (FEV2010).



c. OTAN

Os problemas na região Mediterrânica são predominantemente de origem socio-económica. O Processo de Barcelona poderia oferecer o que a região necessitava, a cooperação económica. No entanto, é de realçar que a UE não poderia lidar com a dimensão geográfica e a diversidade regional. Ademais, a UE não representa a perspectiva de todos os Estados no que diz respeito à segurança no Mediterrâneo, que é igualmente importante na perspectiva económica, especialmente para países não membros na UE, como por exemplo os EUA e a Turquia, que também têm papéis importantes a desempenhar na região.

A segurança na Europa está intimamente ligada com a segurança e estabilidade no Mediterrâneo. O Mediterrâneo é uma das dimensões da arquitectura da segurança Europeia. Desta forma foi lógico que a evolução do Mediterrâneo como uma região estável e próspera necessitava do contributo de outros factores. A OTAN é um desses factores, e o Diálogo para o Mediterrâneo foi iniciado em 1994 com os países mediterrânicos não pertencentes à Aliança como o Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos, e Tunísia, a que a Argélia se juntou mais tarde.

O Diálogo para o Mediterrâneo teve origens na Declaração de Bruxelas em Janeiro de 1994, quando os chefes de Estado e do Governo da OTAN se referiram positivamente aos desenvolvimentos no Processo de Paz para Médio Oriente como a “abertura para encontrar medidas para a promoção do diálogo, com o entendimento e aumento da confiança entre os Estados na região” encorajando a “todos esforços conducentes ao fortalecimento da estabilidade regional”. Na reunião de Dezembro de 1994, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da O declararam a sua disponibilidade para “o estabelecimento de contactos, pontuais, entre a Aliança e os Estados Mediterrânicos não membros como uma visão contributiva para fortalecimento da estabilidade regional”. No final, propuseram ao Conselho Permanente “a revisão da situação, para desenvolver os detalhes do diálogo proposto e iniciar os contactos preliminares de aproximação”. Como resultado, em Fevereiro de 1995, foram convidados o Egipto, Israel, Mauritânia, Marrocos e Tunísia para a participação no Diálogo com a Aliança. O convite foi alargado à Jordânia em 1995.

O objectivo do Diálogo é contribuir para a segurança e estabilidade regional, atingir melhor entendimento, e corrigir percepções sobre em OTAN nos países do Mediterrâneo integrantes. É progressivo, com base em relações bilaterais entre Estados participantes e a Aliança, contribuindo para entendimentos bilaterais. Tal permite aos parceiros mediterrânicos uma base para discussão, actividades conjuntas, robustecendo outros esforços internacionais que envolvam estes Estados, tal como o Processo de Barcelona, o



Processo de Paz do Médio Oriente, a União Europeia Ocidental, ou a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, sem duplicar os esforços ou criar divisões.

O Diálogo para o Mediterrâneo consiste num diálogo político combinado com a participação em actividades específicas. Consistindo em discussões políticas bilaterais, que proporcionam uma oportunidade de apresentação das actividades, incluindo as exteriores à região, *Partnership Programmes*, de adaptação interna, e de abordagem geral à construção cooperativa de estruturas de segurança. Como retorno, os países do Diálogo para o Mediterrâneo são convidados a partilhar as suas visões com a Aliança em matérias de estabilidade e segurança na região do Mediterrâneo.

Os países do Diálogo para o Mediterrâneo foram convidados a participar em actividades específicas, de âmbitos variados: científicas, informação, e planeamento de Emergência Civil, e ainda participar em cursos nas escolas OTAN em matérias como manutenção de paz, controlo e verificação de armamento, responsabilidades de forças militares em questões ambientais, e cooperação OTAN-Europa para a segurança. Apesar deste esforço, existe o sentimento de insucesso na aproximação numa dimensão humana à população da região. Percepciona-se que a aproximação deveria ter por base actividades e iniciativas que relacionassem preocupações vitais no dia a dia das populações para além de situações de crise e conflitos, realçando a sua credibilidade e criando condições para a estabilidade e segurança regional.

O acordo de Madrid de 1997, dinamizou o diálogo tendo estabelecido o Grupo de Cooperação para o Mediterrâneo. Envolveu Estados-membros da Aliança em discussões políticas com países do Diálogo, desde essa data existe um *fora* onde podem ser abordados assuntos relevantes sobre a situação da segurança no Mediterrâneo, assim como perspectivas futuras para o Diálogo para o Mediterrâneo.

“Este mecanismo pretende não só promover a criação de uma zona de Paz e estabilidade na região, mas também, e sobretudo promover a confiança mútua entre os países da Aliança e os parceiros mediterrânicos” (Teixeira; 2009:191).

d. Liga dos Estados Árabes

A Liga dos Estados Árabes (LEA) é a única organização³⁶ que agrupa os heterogéneos Estados Árabes. Esta organização é a difícil materialização da vontade idealizada de dar vida a essa unificação árabe.

Criada em 22 de Março de 1945 por sete Estados independentes: Egipto, Iraque,

³⁶ A Organização da Conferência Islâmica, que tem como pólo a Arábia Saudita, congrega além dos Estados Árabes outros que tenham na sua população um minoria Islâmica significativa.



Líbano, Arábia Saudita, Síria, Jordânia e Iémen, foi reforçada com a adesão de sucessivos Estados conforme iam conseguindo a independência: Líbia (1953), Sudão (1956), Tunísia e Marrocos (1956), Kuwait (1961), Argélia (1962), Emiratos Árabes Unidos, Qatar, Bahrein, Omã (1971), Mauritânia e Somália (1974), Djibouti (1977), Palestina (1989)³⁷ e Comodoros (1993).

Nascida na aspiração de unificação dos Estados Árabes, a Liga é composta por Estados que falam a mesma língua, partilham a mesma cultura e maioritariamente a mesma fé. É um instrumento de concertação e de procura de um consenso no que aos Estados concerne. Na sua esfera de acção, procura consistentemente atingir as necessidades de unidade conciliando as vontades dos Estados integrantes. A regra de funcionamento é a da unanimidade, mas existe um «espaço de manobra» que permite aos membros a realização de acordos entre si para uma colaboração mais estreita e laços mais fortes que os estabelecidos no pacto da Liga.

No domínio económico, existe um determinado número de organizações que estão agregadas à Liga sendo-lhes autorizado um determinado nível de cooperação nos diversos domínios. Muitas têm sido as comparações com outras organizações, mas o modelo que impera é vocacionado para a promoção da cooperação económica e técnica entre os Estados membros. Mas, é no plano técnico que a Liga conhece o seu maior sucesso, quando em 1985, lançou dois satélites que visavam o reforço da transmissão de informações no Mundo Árabe.

A acção política não tem a mesma vitalidade e visibilidade. A expulsão do Egipto por dez anos, após a assinatura dos Acordos de Camp David (1978), abalou a LEA, pois este era um Estado com um papel preponderante na Organização. Apesar do problema Palestiniano, a solidariedade dos seus membros manteve-se. Em 1990-1991, com a guerra do Golfo, temos um elemento fracturante importante, pois esta iniciou-se entre dois Estados árabes (Dean, 2004: 1333).

A sua organização e identificação dos objectivos permite-nos compreender quais as áreas em que esta organização influencia os Estados directamente: Assuntos Árabes, Assuntos Económicos, Informações, Assuntos Legais, Assuntos para a Palestina, Assuntos de Política Internacional, Assuntos Militares, Assuntos Sociais e Assuntos Administrativos e Financeiros. No âmbito da Cooperação na Defesa e nos Assuntos Económicos foi estabelecido, em 1950, o Tratado Conjunto para Cooperação na Defesa e na Economia. Desta forma foram criados: em 1950 a Comissão Militar Permanente para estabelecer os

³⁷ A Organização de Libertação da Palestina foi admitida como membro integrante da LEA em 1976, mas em 1989 tornou-se membro como Estado da Palestina.



planos de Defesa Comum, em 1953 o Conselho Económico e Social para a comparação e coordenação das políticas económicas dos Estados Membros³⁸, o Conselho de Defesa Conjunta para supervisionar a implementação do Tratado no âmbito da Defesa Comum, em 1976 a Força de Dissuasão Árabe para supervisionar o Cessar-Fogo e manter a Paz no Líbano e em 1964 o Comando Militar Árabe Unificado para a coordenação das políticas militares para a libertação da Palestina (The Europe World Year Book, 2005: 278).

e. China

A pedra angular das «novas relações» da China com os países africanos é, aparentemente um renovar dos cinco princípios da política para as relações externas anunciadas pela primeira vez em 1953 pelo Primeiro-ministro Chinês Chou En-Lai, que são: respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, não agressão mutua, não ingerência nos assuntos internos, igualdade e benefícios recíprocos e, finalmente a coexistência pacífica. Esta nova política ficou expressa na visita do Presidente chinês Yang Shangkun, em Julho de 1992, a vários países do continente Africano onde referiu que “*a China apoia os países africanos na manutenção da sua soberania e independência nacional e na sua luta contra a intervenção externa (...) a China respeita os Países africanos na escolha do sistema político e de desenvolvimento de acordo com as suas condições nacionais*”. Em 2006 o Presidente Hu Jintao reafirmou a posição da China salientando que “*o tratamento de igual para igual é a garantia certa para o reforço da confiança mútua entre a China e África. Atribuímos grande importância às preocupações de cada um*”.

A nova política da China para África é parte de uma abordagem coerente, que liga as necessidades de desenvolvimento interno da capacidade do país para assegurar, de forma sustentável, os meios necessários para o seu crescimento. Entre estes o petróleo desempenha um papel preponderante. A estratégia de afirmação da China como um “Estado Forte” implica que o país está livre de todas as formas de restrições impostas por outras potências concorrentes, e que podem comprometer a sua independência, e consequentemente, o seu desenvolvimento. Ciente da sua vulnerabilidade energética, desde que se tornou um grande importador de petróleo, a China voltou-se para África, por três razões principais: garantir o fornecimento sustentável de matérias-primas; ter um mercado pouco exigente, com bases nos países emergentes; e aumentar a sua influência no mundo³⁹. Para tal, a China está disponível para cooperar em assuntos políticos, económicos, socioculturais ou militares no âmbito de parcerias estratégicas da China com países africanos.

³⁸ Em 1981 estabeleceu o Acordo para facilitar e desenvolver as trocas comerciais entre os Estados Árabes.

³⁹ Sobretudo em *forum* internacionais dos quais se destaca o apoio diplomático a Estados Africanos.



Além de todas as iniciativas que desenvolve, a China tem reforçado a sua presença no Continente Africano que vão desde a instalação de indústrias de produção de armamento, venda de armamento, demonstrações culturais e apoio com pessoal técnico especializado. De entre todas as manifestações que mostram o reforço da presença da China a assistência militar sob mandato da ONU para os conflitos africanos e que tem retirado a exclusividade às ex-potências colonizadoras, é a mais marcante na sua actuação neste continente. Neste momento participam cerca de 1500 militares chineses em várias missões, destacando-se o comando da MINURSO pelo MGen Zhao Jingmin.

Em suma, a política chinesa para África é multidimensional e suficientemente visível para que continue a crescer. O empenho e a determinação das autoridades chinesas para afirmar a sua posição no continente, o dinamismo económico orientado para os recursos energéticos, o comércio, a cooperação militar e cultural já se fazem sentir. É importante considerar que a presença chinesa em África originou uma profunda alteração na forma como o mundo via este espaço. No entanto, é importante compreender que as relações com a China não são geradoras de riqueza duradoura devido ao processo de aplicação de investimentos. Não cria empregos e, em obras de maior envergadura, importa mão-de-obra da China. O investimento chinês caracteriza-se pela não transferência de tecnologia para as empresas africanas.

A presença chinesa em África desenvolve-se num contexto geopolítico carregado de riscos potenciais. A importância dos investimentos, em particular no sector do petróleo é uma competição com outras potências por recursos. Apesar de ser um fenómeno recente, o envolvimento da China no Continente Africano já teve um impacto notável na situação económica do continente. Devido ao acréscimo da procura por parte da China e de outros Estados asiáticos em rápido crescimento, os preços das matérias-primas que África exporta aumentaram substancialmente depois de 20 anos de declínio (Oliveira, 2009: 110). Os termos de troca atingidos até meados de 2008 foram os mais favoráveis de sempre, dando uma contribuição considerável para o crescimento da economia da região na ordem dos 5% ao ano, juntamente com outros sucessos em sectores económicos como as telecomunicações. Além de todos os factores antes apresentados salienta-se o exemplo de prosperidade e crescimento que a China tem transmitido aos países em estudo, mas a falta de recursos humanos especializados e tecnologias de administração (Oliveira, 2009: 111) fazem gorar o “sonho chinês” de crescimento.



11. Conclusões

Um ponto comum da perspectiva geográfica da região reside no facto de os Estados serem criações coloniais, onde as potências colonizadoras reorganizaram o Norte de África a partir dos escombros do Império Otomano. As delimitações territoriais, sobre as quais alguns países ainda se debatem hoje, foram definidas de forma arbitrária sem respeitar características das populações ou geográficas.

Apesar de as tensões internas serem suficientes para a geração de conflitos, são os factores externos que também intervêm e estão na génese do seu desenvolvimento. Os recursos minerais e petrolíferos identificam questões económicas consideráveis e de repercussões internacionais. O Norte de África reconhece-se externamente pela influência nas capacidades de fornecimento energético. Estas capacidades desempenham um papel, directo ou indirecto, em todas as disputas e relações externas. Essas mesmas preocupações estão a levar empresas petrolíferas mundiais a investir, especialmente, na Mauritânia e nos Territórios do Sahara Ocidental, mostrando desta forma como as políticas energéticas estão a marcar a região.

Uma característica comum às economias desta região reside no domínio, quase exclusivo, das actividades se resumirem à exportação de produtos primários brutos ou semitransformados, apesar da Tunísia estar a desenvolver esforços visíveis em contraciclo. Em consonância com o sistema colonial os países do Norte de África continuam a exportar especialmente para o grande mercado da Europa os seus principais produtos, destacando-se os minerais e os energéticos, que ocupam, nos dias de hoje uma posição chave nas relações internacionais. Esta relação assimétrica herdada do sistema colonial tem-se alterado com a presença de novos actores dos quais se destaca a China.

Os países produtores de petróleo estão a criar uma imagem de progressão económica. O modelo económico copiado de outras sociedades mais desenvolvidas é conseguido graças aos recursos energéticos. A negociação de contratos de fornecimento, estabelecimento de taxas, a fiscalidade e os modelos de partilha de recursos, dominam a política dos Estados produtores e exportadores. A Argélia e a Líbia integram a OPEP, que é um facto incontornável na geopolítica mundial mas, os “novos” produtores poderão vir a ter um papel relevante num futuro próximo. Apesar disso, não é possível encarar o petróleo como sinónimo de desenvolvimento e alguns autores não se acanham em o apelidar de «maldição do petróleo», pois este, está na base de discórdias e tensões sociais vividas no interior dos países. A gestão das receitas geradas pela produção das matérias-primas é um exercício difícil, especialmente quando se trata de Estados minados pela corrupção e com “pseudo-elites” que agravam as diferenças sociais. As questões do petróleo jamais podem



ser tratadas de forma independente do contexto político global. Desta forma, os países cujos recursos dependem dos dividendos dos hidrocarbonetos estão imbuídos das dinâmicas de mundialização que lhes dão autonomia limitada.

Estes Estados que dependem dos produtos energéticos e minerais têm algo mais em comum, ou seja, o sacrifício da agricultura devido a um crescimento alicerçado, quase exclusivo, em receitas de exportação de produtos extraídos do subsolo. Tal facto está a resultar numa dependência alimentar crescente. Por motivos que não estão directamente ligados à produtividade económica, o Norte de África (juntamente com o Médio Oriente) são os principais destinatários dos fluxos mundiais de cereais.

Mas as semelhanças não se limitam ao apresentado. O crescimento do Norte de África, apesar de fraco, é o resultado de políticas macroeconómicas aprimoradas, preços favoráveis dos produtos básicos, aumentos significativos de programas de ajuda internacionais, fluxos de capital e remessas. O desempenho económico foi acompanhado de melhorias na governação, mas esta continua fraca.

No último ano, a região regrediu economicamente, mas progrediu no sentido de reduzir a pobreza e alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio estabelecidas pelo Banco Mundial. O número de pessoas que vivem com menos de US\$1 por dia tem vindo a diminuir. A taxa de incidência do HIV estabilizou, o número de crianças matriculadas nas escolas aumentou logo podemos afirmar que há melhorias significativas no desenvolvimento humano.

A crise financeira Mundial, que se seguiu à crise dos alimentos e combustíveis de 2007-2008, está a ter repercussões na região devido às quedas dos preços básicos, diminuição: de receitas do turismo, de exportações, de remessas e de investimentos de capital privado. A crise actual pode colocar em perigo o progresso dos últimos anos. A entrada de remessas, na região caiu, afectando directamente o PIB. Os investimentos privados que estavam fortemente vocacionados para infra-estruturas e equipamentos básicos diminuíram. Com o presente panorama o ritmo de crescimento vai diminuir.

O aumento da pressão demográfica, a pobreza generalizada no Continente Africano, as catástrofes naturais e os conflitos potenciam as correntes incontrolláveis de pessoas em massa.

De todos os aspectos analisados existem quatro que sobressaem. O primeiro aspecto diz respeito a questões populacionais. Esta região é singular, a nível mundial pela sua demografia, visto que agrupa elevadas taxas de crescimento, grandes pólos populacionais e elevada mobilidade, quer interior quer exterior. A migração crescente, em especial em direcção à Europa, constitui um dos maiores problemas geopolíticos regionais nas relações



externas, que a curto prazo poderá ter mais relevância como contributo para o equilíbrio internacional que o terrorismo das comunidades extremistas.

O segundo aspecto diz respeito à importância dos desertos. Confrontados com as condicionantes impostas, os locais encontraram respostas adaptativas a um ambiente mineral onde a vida se limita a oásis e pequenos cursos de água que atravessam a região. A irrigação, o nomadismo, a domesticação do camelo são consequências do domínio do deserto sobre a região. Não é apenas o agregar de políticas das sociedades nómadas em tribos e confederações de tribos sem fortes ligações familiares, constituindo-se em Tuaregues ou Beduínos. Outras características dos desertos marcam a actualidade; sendo que a escassez da água ocupa uma posição central nas preocupações das populações como dos Estados. O deserto do Sahara que se estende desde a Mauritânia ao Egipto tem contribuído para a realização de tratados comuns, reforçados pela herança histórica. Este espaço árido caracteriza-se ainda pela existência de forma de vida nómadas em declínio de existência em virtude da facilidade de transporte, pela relevância regional do Islão, e pelas questões petrolíferas e a consequente reclassificação dos Estados pelos diferenciáveis recursos naturais.

O terceiro relevam as economias locais de subsistência praticadas, o seu peso individual na economia mundial é residual e apenas tem relevância pela capacidade produtiva de matérias energéticas, mas em bruto. De um modo geral, as economias são monolíticas, tendo dificuldade em diversificar, uma vez que os recursos naturais não se encontrar distribuídos de igual forma, ou pelo menos não estão a ser explorados similarmente, facto que tem provocado clivagens cada vez maiores entre os Estados. É nos Estados onde a produção de fontes energéticas é uma realidade, onde é possível encontrar as maiores diferenças sociais, sendo os mais ricos os que também detêm o poder político.

A quarta questão transversal é uma consequência da generalização das economias de subsistência: a negligência do desenvolvimento agrícola, onde existe uma crescente dependência alimentar. Estes Estados com parte significativa do seu território desértica estão expostos a uma forte insegurança climática. As secas provocam períodos de escassez e fomes, pelo que os podem tornar dependentes da ajuda alimentar externa. Desta forma se pode mostrar o peso dos alimentos como arma e como o acesso a alimentos pode ser um jogo geopolítico. Apesar da crescente capacidade militar, estar cada vez mais vocacionada para a segurança interna.

Da análise geopolítica da região gostaríamos ainda de apresentar as potencialidades e vulnerabilidades:



Fortes	Fracos
Recursos energéticos; Capital humano; Passado cultural próximo; Capacidades militares; Localização geográfica de proximidade a uma das maiores rotas marítimas mundiais; As reformas sociais em curso, em alguns Estados, são geradoras de riqueza a curto prazo;	Economia “rendeira”; Dependência forte de outras economias; Diminuição da competitividade nos produtos manufacturados; Liderança política fraca; Disputas territoriais; Crescimento desajustado entre população e recursos alimentares; Limitado exercício de Direitos, Liberdades e Garantias no âmbito do Direitos Humanos; Desconfiança no relacionamento com Estados ex-colonizadores; A Lei Islâmica como base do Direito Civil; Elevados índices de corrupção; O deserto no interior do espaço (circulação, acesso a água, controlo); População jovem, mais facilmente influenciável;
Oportunidades	Ameaças
Necessidade de recursos energéticos pelas economias crescentes; Programas de apoio ao desenvolvimento; Proximidade à Europa; Afirmção com a capacidade militar;	Crise económica prolongada; Crises económicas cíclicas; Forte implantação de energias alternativas; Instabilidade continental; Necessidade de apoio externo no combate ao crescente radicalismo Islâmico; Aumento das correntes migratórias (sub-saharianas);

Matriz 1 – Matriz SWOT para o espaço geopolítico Norte de África

Verificação das hipóteses

Como foi referido no início do presente trabalho, foram estabelecidas quatro HI:

A HI 1: O papel atribuído por geopolíticos de referência ao Norte de África, ao longo dos tempos, foi marginal. Que agora validamos considerando que dos teorizadores de referência apresentados apenas Mackinder considerou na sua primeira teoria a zona costeira do Norte de África como parte integrante do “Midland Ocean”, esta teoria veio a ser abandonada nos anos seguintes à sua publicação e o Norte de África passou a integrar um espaço secundário.

A HI 2: Dos vários factores que fazem destacar o Norte de África destacam-se: os recursos energéticos e minerais, o factor humano e a capacidade militar. Esta hipótese é validada



atendendo que no Norte de África e ainda durante o colonialismo, após o início da exploração das riquezas minerais a sua importância aumentou. Mas uma vez que todos os Estados são produtores de recursos energéticos, existindo Estados que integram a OPEP, esta imagem de riqueza do sub-solo aumentou. A quantidade de produção de minério tem um peso significativo na sua balança comercial, uma vez que se destina, na sua maioria, para exportação. A crescente taxa de natalidade e os cerca de 167 Milhões de habitantes marcam a região no factor humano. A capacidade militar em efectivos é significativa face a população de cada um dos Estados, mas é nos planos de aquisição que se destacam alguns Estados, assim como na presença em missões no exterior.

A HI 3: O Norte de África pode utilizar como instrumentos de coação: os recursos energéticos, a capacidade militar, tirando proveito da riqueza natural do sub solo e da posição estratégica, respectivamente. É confirmada uma vez que a dependência de outros mercados da capacidade produtiva desta região é significativa, como é o exemplo dos países do Sul da Europa, a capacidade militar devido ao seu efectivo e qualidade de equipamento poderá levar a coagir outros Estados ou regiões. A sua posição de proximidade a dois dos principais estreitos de passagem – Gibraltar e Suez, e ao Mar Mediterrânico pode aumentar a sua coação.

HI 4: Dos vários actores do SPI com que o Norte de África se relaciona, especialmente devido aos recursos ou factores de segurança, a Europa ocupa um papel de destaque.

Motivos relacionados com a segurança a proximidade política entre a Europa e o Norte de África tem vindo a aumentar as relações, em especial as bi-laterais. De entre as preocupações de segurança por parte da Europa destacam-se as relacionadas com as migrações e a segurança energética da Europa.



Referências Bibliográficas

Monografias

- AGNEW, John A. (1998, 2003). Geopolitics. Re-visioning world's politics. London, New York. Routledge
- BARATA, Óscar Soares (1999) Conjuntura Internacional 1999. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- COCKAYNE, James, WILLIAMS Phil (2009) The Invisible Tide: Towards an International Strategy to Deal with Drug Trafficking Through West Africa. Nova Iorque. International Peace Institute
- CONDE, João Miguel Ribeiro (2008), “O diálogo União Europeia – Magrebe”. TII do CEMC 2007/2008. Pedrouços. IESM.
- CORDESMAN, Anthony H., NERGUIZIAN, Aram. (2009) The North African Military Balance: Force Developments in the Maghreb. Washington. Centre Issues and International Studies.
- CORREIA, Pedro Pezarat (2002) Manual de Geopolítica e Geoestratégia Vol. I – Conceitos, Teorias e Doutrinas. Coimbra. Quarteto.
- CORREIA, Pedro Pezarat (2004) Manual de Geopolítica e Geoestratégia Vol. II – Análise geoestratégica de um mundo em conflitos. Coimbra. Quarteto.
- DEAN, Lucy (2004). The Middle East and North Africa 2004. Regional Survey of the World. London. Europa Publications - Taylor & Francis Group.
- DIAS, Mendes. (2005) Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos. Lisboa. Prefácio
- DUMPER, Michael R. T., STANLEY, Bruce E. (2007) Cities of the Middle East and North Africa: a Historical Encyclopedia. Santa Barbara. ABC CLIO, Inc
- GOLDSTONE, Jack A. (1991) Revolution and Rebellion in the early Modern World, Los Angeles. Berkeley
- HONG-MING, Zhang (SD) A política Chinesa na África. Beijing. Academia Chinesa de



Ciências Sociais (CASS)

- HUNTINGTON, Samuel P. (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma. University of Oklahoma Press
- IESM (2007a). *Elementos de análise geopolítica e geoestratégica*. Lisboa. Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IESM (2007b). *Geografia, geopolítica e geoestratégia – realidade geopolítica (as principais teses)* Lisboa. Instituto de Estudos Superiores Militares.
- LACOSTE, Yves. (2006) *A Geopolítica do Mediterrâneo*. Lisboa. Edições 70.
- LÉVY, Jacques. (2001) *From Geopolitics to Global Politics. A French Connection*. Portland. Frank Cass Publishers
- MAURÍCIO, Tiago Alexandre Fernandes (2007). *Introdução à geopolítica*. [em linha] [Referência de 17 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <www.nostrumtempus.blogspot.com>
- SMALE, Melinda, MAHONEY, Timothy M. (2010) *Agricultural Productivity in Changing Rural Worlds - A Report of the CSIS Task Force on Food Security*. Washington. Centre for Strategic and International Studies.
- SOUSA, Fernando de (2008). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto. Edições Afrontamento.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. (2009) *Contributos para uma Política de Defesa*. Lisboa. Ministério da Defesa Nacional

Publicações em série

African Economic Outlook 2006/2007. (2007) OECD, African Development Bank

Caring for trafficked persons. (2009) International Organization for Migration. Geneva

The Military Balance 2010 (2010). International Institute for Strategic Studies. London. Publisher Routledge [em linha] [Referência de 09 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/index.htm>



World Economic Outlook. (2009). International Monetary Fund. Washington. International Monetary Fund, Publication Services

Enemies of the Internet. Countries under surveillance. (2010) Reporters Without Borders. Paris. [em linha] [Referência de 28 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: www.rsf.org

Nuclear Safety Review 2008 (2009). International Atomic Energy Agency. Austria. [em linha] [Referência de 28 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.iaea.org/Publications/Reports/index.html>

Elementos de análise geopolítica e geoestratégica (2007a). Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa. IESM

The Europa World Year Book 2004 – Vol I International Organizations. Countries Afghanistan – Jordan (2004). Europa Publications 2004. London. New Century Schoolbook

Artigos de Publicações em série

BORGES, João Vieira (2008). **Portugal e o Mediterrâneo.** Revista Segurança e Defesa n.º 5 pp. 60-69

Daily News Egypt. (15 de Julho de 2009) **A new start for non-proliferation** [em linha] [Referência de 29 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: www.iaea.org/NewsCenter/Transcripts/2009/dnegypt150709.html e <http://www.thedailynewsegypt.com/article.aspx?ArticleID=23122>

DIAS, Carlos Mendes (2007). **O pensamento geopolítico de Karl Haushofer.** Revista de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

GABRIEL, Bruno (2008). **A cooperação bilateral em matéria de defesa na bacia do Mediterrâneo.** Revista Segurança e Defesa n.º 5 pp. 70-73.

GARCIA, Francisco Proença (2008). **As novas ameaças transnacionais e o espaço do Mediterrâneo.** Revista Segurança e Defesa n.º 5 pp. 73-78.

LOPES, Helena Ferreira Santos. **O Homem Do Meio-Termo.** Relações Internacionais, Dezembro de 2008, n.º 20, pp.169-172



MENEZES, António Pedro. **Nacionalismo islâmico ou radicalismo: a opção errada.** Janus 2009, pp. 104-105

PINTO, Maria do Céu (2003). **Portugal e Norte de África.** Cadernos Navais n.º 6 pp 19-29

SACCHETTI, António Emílio Ferraz (2006). **O Mediterrâneo – Geopolítica e Segurança Europeia.** Cadernos Navais n.º 16.

VALERIO, Marta, TOGNOLI, Gianni. (2009). **As relações entre saúde, direito e economia: os cenários.** Janus 2009, pp. 48-49

VASCONCELOS, Álvaro de (2004). **A Europa e o Grande Médio Oriente.** O mundo em português n.º 54. Março de 2004. p. Editorial.

Relatórios

Human Development Report 2009 [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://hdr.undp.org>>

Joint United Nations Programme on HIV/AIDS. **2008 Report on the global AIDS epidemic** [em linha] [Referência de 09 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <www.unaids.org>

MENA Report - Better Governance for Development. Banco Mundial (2003). Washington. World Bank

Millennium Development Goal Indicators Report 2009. [em linha] [Referência de 29 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Products/ProgressReports.htm>

Relatório Anual de 2009 do Banco Mundial. Banco Mundial (2009). (s.l.) Banco Mundial. [em linha] [Referência de 01 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://issuu.com/world.bank.publications/docs/9780821380918>>

Relatório Anual dos Direitos Humanos, [em linha] [Referência de 19 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=970&lang=En>>



United Nations Statistic Division. [em linha] [Referência de 29 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://unstats.un.org/unsd/default.htm>

Universal Human Rights Index, [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: www.universalhumanrightsindex.org

World Development Indicator 2008 - Poverty Data. Banco Mundial (2008). Washington. World Bank. [em linha] [Referência de 01 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: www.worldbank.org

World Drug Report 2009. United Nations Office on Drugs and Crime. [em linha] [Referência de 09 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2009.html>

Nuclear Safety Review for the Year 2008. International Atomic Energy Agency. Austria. [em linha] [Referência de 28 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.iaea.org/Publications/Reports/index.html>

Documentos oficiais

Egypt Year Book 2008. (2009) [em linha] [Referência de 05 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.sis.gov.eg/En/Pub/yearbook/book2008/110106000000000001.htm>

Observações e Recomendações das Nações Unidas para os Instrumentos Internacionais para os Direitos Humanos. Argélia. [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.universalhumanrightsindex.org/hrsearch/search.do>

Observações e Recomendações das Nações Unidas para os Instrumentos Internacionais para os Direitos Humanos. Egipto. [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.universalhumanrightsindex.org/hrsearch/search.do>

Observações e Recomendações das Nações Unidas para os Instrumentos Internacionais para os Direitos Humanos. Líbia. [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <http://www.universalhumanrightsindex.org/hrsearch/search.do>



Observações e Recomendações das Nações Unidas para os Instrumentos Internacionais para os Direitos Humanos. Marrocos. [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.universalhumanrightsindex.org/hrsearch/search.do>>

Observações e Recomendações das Nações Unidas para os Instrumentos Internacionais para os Direitos Humanos. Mauritânia. [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.universalhumanrightsindex.org/hrsearch/search.do>>

Observações e Recomendações das Nações Unidas para os Instrumentos Internacionais para os Direitos Humanos. Tunísia. [em linha] [Referência de 20 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.universalhumanrightsindex.org/hrsearch/search.do>>

Sítios na Internet

Centro de Pesquisa Nuclear de Tajoura (Líbia), [em linha] [Referência de 16 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.tnrc.org/>>

Chatham House (UK), [em linha] [Referência de 4 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.chathamhouse.org.uk/>>

Embaixada da Argélia em Portugal, [em linha] [Referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.emb-argelia.pt/>>

Food and Agriculture Organization of The United Nations. [em linha] [Referência de 20 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <www.fao.org>

Foreign & Commonwealth Office, [em linha] [Referência de 16 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.fco.gov.uk>

General Atomics Electronic Systems, [em linha] [Referência de 16 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.ga-esi.com/triga/projects/index.php>>

International Institute for Counter-Terrorism (Israel) [em linha] [Referência de 4 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <www.ict.org.il>

International Institute for Strategic Studies (EUA) [em linha] [Referência de 4 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <www.iiis.org>



de 2010]. Disponível na Internet em: <www.iiss.org>

INVAP, [em linha] [Referência de 16 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.invap.net/nuclear/index-e.html>>

Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, [em linha] [Referência de 25 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <www.maec.es>

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, [em linha] [Referência de 24 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/>>

National Council for Geographic Education [em linha] [Referência de 4 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <www.ncge.org>

North Africa Journal [em linha] [Referência de 4 de Maio de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.north-africa.com>>

Open door to the Arab world, [em linha] [Referência de 09 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <www.al-bab.com>

Organização do Tratado Atlântico Norte, [em linha] [Referência de 17 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>>

STRATFOR Global Intelligence (EUA) [em linha] [Referência de 4 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.stratfor.com/>>

The World Bank, [em linha] [Referência de 17 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.worldbank.org/>>

The World Factbook, [em linha] [Referência de 17 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>

Transparency International, [em linha] [Referência de 17 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.transparency.org/>>

União Africana, [em linha] [Referência de 17 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.africa-union.org/>>

United Nations Statistical Division, [em linha] [Referência de 17 de Março de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://unstats.un.org/unsd/default.htm>>



Anexos



Anexo A - Dados do Factor Físico

	ARG	EGP	LIB	MAR	MAU	TUN	
Extensão (km ²)	2.381.740	1.001.450	1.759.540	446.550	1.030.700	163.610	Total= 6.783.590
Deserto	80%	96%	90%	80%	70%	60%	
Fronteiras (km)	6.343	2.665	4.348	2.018	5.074	1.424	
Costa (km)	998	2.450	1.770	1.835	754	1.148	Total= 8.955
Clima	Clima Mediterrânico na costa Mediterrânica; Desértico no interior						
Disputas	Marrocos Líbia	Sudão	Argélia Tunísia Sudão Chade	Argélia Espanha Sahara Oc	Sahara Oc	Líbia	

Quadro 1 – Dados Factor Físico

Fonte: Worldfact Book 2009;



Anexo B – Dados Factor Humano

	ARG	EGP	LIB	MAR	MAU	TUN	
População	33.351.216	80.335.036	6.039.914	33.757.175	3.270.065	10.276.158	≈167 M
Pop urbana	65%	97%	78%	74%	64%	66%	Méd ≈74%
Principais Aglomerados urbanos	Alger 3.518.083	Cairo 17.856.000 Giza 4.779.000 Alexandria 3.500.000	Tripoli 2.000.000 Cyrenaire 2.000.000	Casablanca 3.859.858 Rabat 1.769.858	Nouakchott 881.000	Tunes 3.980.500	
Densidade populacional (hab/km ²) (1)	14,6	82,3	2,2	71,6	3,2	63,0	
Crescimento populacional	1,20%	1,87%	2,17%	1,48%	-7,00%	0,99%	
Saldo migratório (‰)	-0,29	-0,21	0,42	-0,72	-0,96	-0,50	Méd ≈0,38‰
Estrutura da população							
Homens	51,7%	51,3%	49,0%	49,0%	31,3%	52,3%	
Mulheres	48,3%	48,7%	51,0%	51,0%	68,7%	47,7%	
Crianças (<15)	25,4%	31,8%	33,0%	30,1%	41,1%	23,2%	Méd ≈30,8%
Adultos (15-64)	69,5%	63,5%	62,7%	64,7%	55,7%	69,7%	Méd ≈64,3%
Idosos (>64)	5,1%	4,7%	4,3%	5,2%	3,4%	7,1%	Méd ≈5%
Etnia e etnografia							
Principais etnias	99% Berberes	99% Egipcios	97% Berberes	99,1% Berberes	70% Moors	98% Árabes	
Rel árabe	97,0%	90,0%	97,0%	95,0%	100,0%	95,0%	
Rel católica	2,0%	10,0%	2,4%	3,0%		3,0%	
Outras Relig	1,0%	0,0%	0,6%	2,0%		2,0%	

(1) o Egipto tem uma densidade populacional de 1.540 hab/km² nas zonas urbanas.

Quadro 2 – Dados Factor Humano

Fontes: World Fact Book 2009; World Economic Outlook 2009; Human Development Report 2009; Millennium Development Goal Indicators Report 2009; e United Nations Statistic Division.



Anexo C – Dados Factor Circulação

	ARG	EGP	LIB	MAR	MAU	TUN
Estradas	108.302	92.370	100.024	57.625	11.066	18.997
Estradas pavimentadas	76.028	74.820	42.810	35.664	2.966	12.655
Caminhos de ferro (km)	3.973	5.063	0	1.907	728	2.152
Portos marítimos	9	6	6	4	2	6
Companhias aéreas	Air Algérie	Air Cairo Egyptair	Libian Airlines	Royal Air Maroc	0	Tunisair
Aeroportos	143	85	137	58	27	32
Pipelines	27.097	12.827	10.623	1.269	0	3.836

Comunicações de relação

Jornais diários						
Nac	4	15	4	6	2 (1)	11
Jornal de maior tiragem	El-Khbar 800.000	Al-Ahram 1.000.000	Oea N/A	Attajdid N/A	Akhbar Nouakchott	Alhorria (N/A)
Estações de TV	46	98	12	8	1	26
Rádios	34	56	22	15	16	47

Comunicações

Telefones	8,5%	14,9%	14,6%	7,7%	1,3%	12,3%
Tlm (2000)	0,0%	3,0%	11,5%	9,0%	1,3%	1,0%
Tlm (2008)	41,0%	27,0%	15,9%	33,0%	18,8%	41,0%
Internet	10,3%	14,1%	4,3%	21,4%	1,0%	16,8%

(1) Sem expressão nacional

Quadro 3 – Dados do Factor Circulação

Fontes: World Fact Book 2009; United Nation Statistic Division; Open door to The Arab world; Millennium Development Goal Indicators Report 2009; MENA Report - Better Governance for Development; Enemies of the Internet;

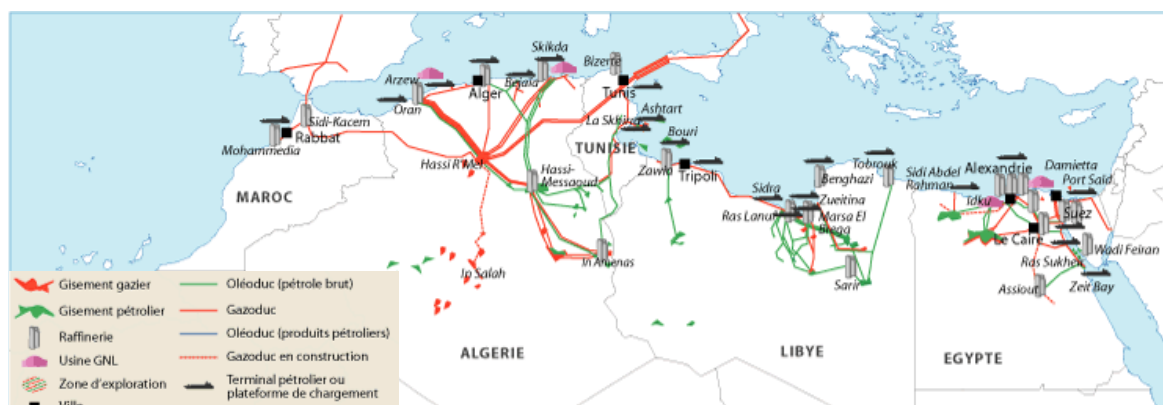


Ilustração 1 – Principais pipelines no Norte de África

(Fonte: Atlas de Integração Regional; em: <<http://www.atlas-ouestafrique.org/spip.php?rubrique59>>)



Anexo D – Dados Factor Económico

	ARG	EGP	LIB	MAR	MAU	TUN
PIB (2008)	159.699	162.164	100.071	86.394	3.161	40.348
Crescimento	3,3%	6,5%	5,6%	11,9%	4,5%	6,1%
Inflação (08)	4,3%	11,7%	11,2%	3,9%	7,4%	5,0%
PIB (2009)	128.588	188.059	62.933	84.646	3.241	39.766
Crescimento	-19%	16%	-37%	-2%	3%	-1%
PIB /Capita	4.588	2.161	16.115	2.748	1.042	3.907
Índice de poder de compra (1)	40	25	62	143	55	69
Crescimento industrial	5,00%	13,80%	5,60%	6,00%	2,00%	4,10%
Divida externa						
Total	3.358	29.900	4.837	16.860	0	18.560
Per capita	99	396	785	540	0	1.797
Balança Comercial (em Milhões de US\$)						
Importações	78	33.360	60	16.140	1.395	8.035
Exportações	39	56.430	25	34.440	1.475	10.300
Produção nacional (por sectores económicos)						
Agricultura	8,10%	14,10%	2,10%	15,50%	13,80%	11,60%
Industria	61,20%	36,70%	76,40%	30,80%	42,90%	33,10%
Manufatura	5,00%	16,10%	4,50%	17,10%	17,60%	19,10%
Serviços	30,70%	49,20%	21,40%	53,80%	43,30%	55,30%
Distribuição de mão-de-obra (por sector de actividade)						
Primário	14,0%	32,0%	17,0%	44,6%	50,0%	55,0%
Secundário	34,0%	17,0%	23,0%	19,8%	10,0%	23,0%
Terciário	52,0%	51,0%	59,0%	35,5%	40,0%	22,0%
Pobreza						
Total	22,60%	16,70%	8,00%	19,00%	46,30%	7,60%
Urbana	14,70%	n/a	n/a	12,00%	25,40%	3,60%
Rural	30,30%	n/a	n/a	27,20%	61,20%	13,90%
Subnutrição	6,00%	7,50%	4,70%	10,20%	29,80%	4,00%
Recursos energéticos						
Extração Barris/dia	2.090.000	688.100	1.720.000	3.746	75.000	76.900
Reservas (mil milhões)	12.270	3.700	43.660	1	1	1
Reservas de gás (Biliões m3)	159.446	72.854	52.795	0	0	0
Sub energizados	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	8,0%	5,0%

(1) Índice de poder de compra segundo o Banco Mundial entre 178 países.

Quadro 4 – Dados económicos

Fontes: World Fact Book 2009; United Nation Statistic Division; Open door to The Arab world; Millennium Development Goal Indicators Report 2009; MENA Report - Better Governance for Development; World Economic Outlook; Human Development Report 2009; 2008 Report on the global AIDS epidemic; Relatório Anual de 2009 do Banco Mundial; World Development Indicator 2008;



	ARG	EGP	LIB	MAR	MAU	TUN
Agricultura						
Produção (% PIB)	8,10%	14,10%	2,10%	15,50%	13,80%	11,60%
Terreno arável	3,17%	2,92%	1,00%	19,00%	0,20%	17,05%
Florestação	1,0%	0,1%	0,1%	9,8%	0,3%	6,8%

Quadro 5 – Dados agrícolas

Fonte: United Nation Statistic Division; African Economic Outlook 2006/2007; World Economic Outlook

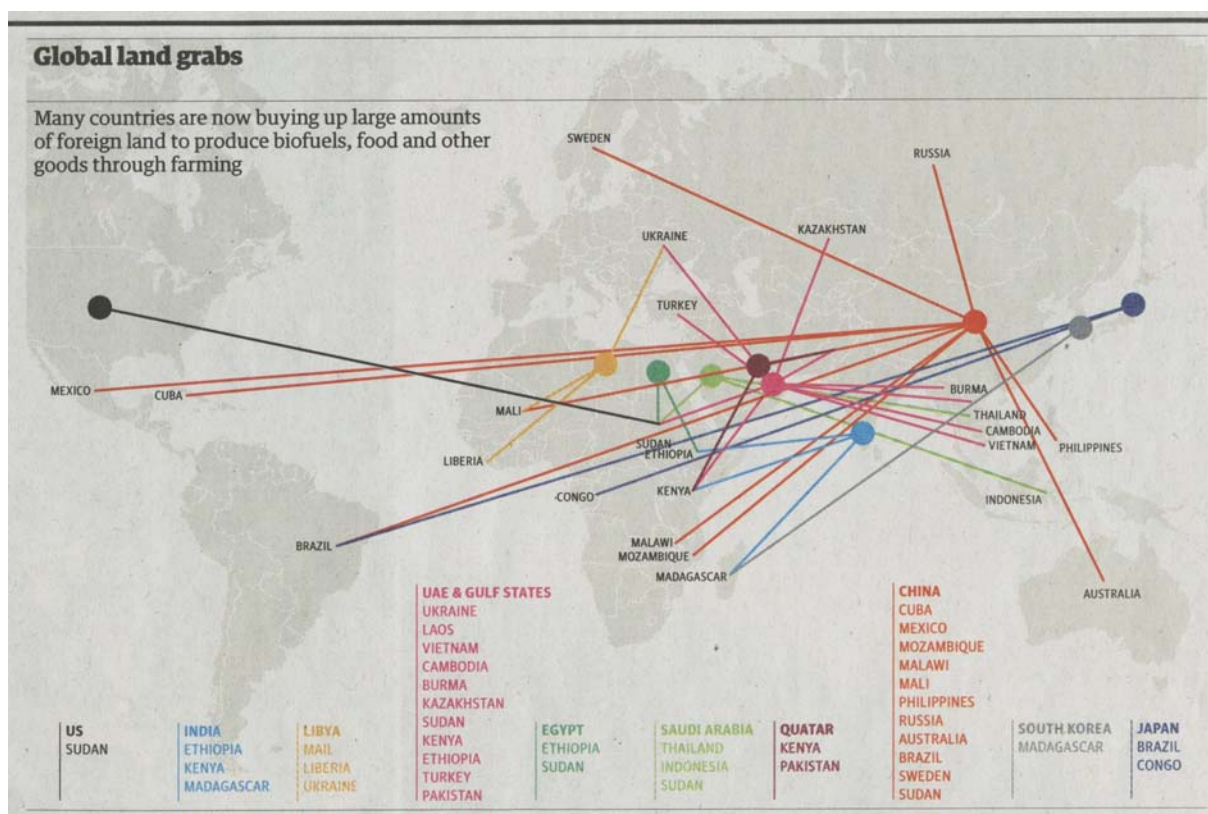


Ilustração 2 – Aquisição de terras para agricultura em países terceiros

(Fonte: The guardian; em: < <http://www.grain.org/landgrab/landgrab-guardian-july-2009.jpg>>)

Dados económicos:

O sucesso do ambicioso programa do Egipto, da reforma económica e da liberalização é demonstrado pelo crescimento do PIB de cerca de 7% nos últimos 3 anos. O crescimento foi impulsionado pelos elevados níveis de Investimento e desenvolvimento económico e o aumento das exportações. O governo do plano para o período 2007-12 inclui uma meta ambiciosa de crescimento anual do PIB real de 8%. Se for alcançado, corresponde à necessidade de criar empregos rapidamente, em especial para a população jovem. Tal vai contribuir para redução gradual da dívida pública. Com uma inflação de 14,4% no último ano o crescimento abrandou, espera-se que os padrões de vida continuem baixos. A elevada inflação e o aumento dos preços, e



especial dos alimentos, tem contribuído para tensões sociais que resultam em manifestações esporádicas. Com o clima de incerteza sobre o futuro, estas alterações da ordem social podem não terminar. As principais actividades são Agricultura, Manufatura, Serviços, Turismo.

A Líbia é um grande produtor de petróleo, com o sector petrolífero contribui praticamente todas as receitas de exportação e mais de um quarto do PIB. Líbia começou um processo de reforma económica. Os esforços estão orientados para modernizar a economia como parte de um amplo projecto de afirmação na comunidade internacional. Os primeiros passos incluem a adesão à Organização Mundial de Comércio, redução dos subsídios e planos de privatização. A produção não-petrolífera e da construção, que representam cerca de 20% do PIB, aumentou. Também contribuíram para o aumento do PIB a transformação de produtos agrícolas, a produção ferro, aço e alumínio. A Líbia importa cerca de 75% das suas necessidades alimentares.

Economia do Marrocos é mista. Cerca de 45% da população trabalha na produção agrícola, o que representa 15% do PIB. As recentes reformas económicas têm estimulado o crescimento do pequeno, mas moderno, sector industrial, fortemente orientado para o mercado da UE, e têm ajudado o desenvolvimento do turismo. O sector público representa 13% do PIB. Os projectos a longo prazo incluem a preparação da economia para o comércio livre com os EUA e a União Europeia, melhorar o ensino e as perspectivas de emprego para a juventude de Marrocos, e elevando os padrões de vida. Marrocos está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de cannabis. O seu cultivo e venda são uma fonte de receita para a economia nacional. O *cannabis* é processado em haxixe Esta actividade representa cerca de 1% do PIB marroquino. De acordo com o relatório das Nações Unidas de 2003, estima-se que a área de cultivo seja de cerca de 1340km², nas cinco províncias do Norte. Tal área representa 10% da área total destas províncias, 23% do solo arável destas regiões e 1% do terreno arável total de Marrocos.

A maioria da população da Mauritânia depende da agricultura e da pecuária para a sobrevivência, apesar de a maioria dos nómadas e dos agricultores de subsistência tenham sido forçados a migrar para as cidades devido às secas recorrentes nas décadas de 1970 e 1980. A Mauritânia tem diversos recursos minerais, incluindo ouro e diamantes. No entanto, a exploração destes recursos tem sido limitada pelo governo. A exploração dos minérios tem contribuído com 11% do PIB e com 40% para o valor das receitas das exportações. A Mauritânia tem reservas petrolíferas e de gás tendo iniciado a sua extracção em 2006. Neste ano a Mauritânia teve uma das maiores taxas de crescimento mundial – 11,2%. Desde essa data que o recursos petrolíferos e tornaram como um elemento significativo no país. No passado, as secas e a má gestão económica deram origem a uma dívida externa elevada. Em Junho de 2006, a Mauritânia viu canceladas as suas dívidas ao abrigo da Iniciativa do G8 para Países Pobres Altamente Endividados. Para o governo os principais objectivos económicos são: a redução da pobreza, a melhoria da saúde e educação e a promoção da privatização da economia. O estatuto de país subdesenvolvido associado às perspectivas promissoras das explorações atlânticas de petróleo e gás natural pode resultar numa



situação económica mais estável.

A economia da Tunísia está a ser alvo de uma reforma e liberalização, após décadas de domínio ou participação com capitais públicos na economia. Caracterizada como prudente e com um planeamento fiscal tem resultado num crescimento moderado, mas sustentado desde 2000. Com dependência histórica nos seus recursos – petróleo, fosfatos, produtos agrícolas, componentes automóveis e turismo. Segundo o World Economic Forum é considerada a economia mais competitiva do continente Africano e a 36^a a nível mundial. As políticas nacionais reformistas conseguiram cativar para o seu pólo industrial a Airbus e a HP. A produção da Tunísia é exportada em 75% para a UE.



Anexo E – Dados Factor Institucional

1. Dados Factor institucional

	ARG	EGP	LIB	MAR	MAU	TUN
Regime político	República	República	Estado autoritário	Monarquia constitucional	Junta militar	República
Chefe de Estado	Abdelaziz BOUTEFLIKA	Hosni MUBARAK	Muammar KADHAFI	MOHAMMED VI	Abdel AZIZ	BEN ALI
Início	28ABR99	14OUT81	1SET69	30JUL99	5AGO09	7NOV87
Principal partido (1)	FLN - 136 (2) de 389	NPD - 311 de 432	(3)	PI - 52 de 325	Mithaq - 51 de 95	RCD - 161 de 214
Gastos sector público	11,9%	11,3%	11,8%	24,0%	22,0%	14,4%
Desemprego	13,8%	8,4%	n/a	9,6%	33,0%	14,2%

Dados sanitários

Gastos	9,0%	6,0%	n/a	n/a	10,0%	8,0%
HIV/SIDA (x/100,000)	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,8%	0,1%
Tuberculose (x/100.000)	55,0%	21,0%	17,2%	91,6%	317,7%	26,0%
Cuidadores (10.000/hab)	331	465	120 (4)	145	77	402
Mortalidade Infantil	34,0%	36,0%	17,0%	32,0%	75,0%	18,0%
Partos assistidos	95,0%	78,9%	94,4%	62,6%	60,6%	89,9%
Mortalidade maternal	1,8%	1,3%	0,9%	2,4%	8,2%	1,0%
Vacinações	91,0%	97,0%	98,0%	95,0%	67,0%	98,0%
EMV	72,5	71,6	74,2	71,4	64,5	74,1
Saneamento	11,8%	66,0%	97,0%	72,0%	24,0%	85,0%

Acesso a água potável

Total	85,0%	98,0%	71,0%	83,0%	60,0%	94,0%
Urbano	87,0%	99,0%	72,0%	100,0%	70,0%	99,0%
Rural	81,0%	98,0%	68,0%	58,0%	54,0%	84,0%

Educação

Iliteracia	30,2%	28,6%	17,4%	38,5%	51,2%	25,7%
Crianças matriculadas	96,7%	97,6%	98,9%	89,3%	81,0%	96,6%

Quadro 6 – Dados Factor Institucional

(1) Número de lugares no parlamento; (2) O presidente ainda indica mais um terço do Parlamento. (3) Escolhidos pelos clãs mais representativos. (4) Apenas médicos.

Fontes: World Fact Book 2009; United Nation Statistic Division; Open door to the Arab world; Millennium Development Goal Indicators Report 2009; MENA Report - Better Governance for Development; World Economic Outlook; Human Development Report 2009; 2008 Report on the global AIDS epidemic; Relatório Anual de 2009 do Banco Mundial; World Development Indicator 2008;

2. Relações externas:

A **Argélia** é um estado internacionalmente activo. Tem um papel de liderança nas questões



para o desenvolvimento mundial e tem um papel participativo nos movimentos de independência. A nível das Nações Unidas tem sido participativo. Foi eleito como membro não permanente para o CS/NU para 2004/2005. É um elemento proeminente do Movimento dos Não-Alinhados, União Africana e da Liga dos Estados Árabes. Tem assento na direcção na *New Partnership for Africa's Development Initiative* (NEPAD) e participa na *Peer Review Mechanism*. Em Abril de 2002 acordou com UE, a abertura dos seus mercados para os 12 anos seguintes. As relações com o vizinho Marrocos são tensas devido à questão do Sahara Ocidental. As fronteiras entre os dois países estão encerradas desde 1994.

O **Egipto** é um importante interlocutor regional, para o Norte de África e Médio Oriente, e desempenha um importante papel na Liga dos Estados Árabes.

O continente Africano tem ocupado uma posição central na política externa da **Líbia**, desde há alguns anos. Acolheu a cimeira extraordinária da OUA, em Setembro de 1999. A Líbia tem procurado promover a OUA e sua sucessora, a UA. Em 1989, promoveu a criação da Organização dos Estados do Sahel e Sahara, para promover a integração regional e a cooperação na segurança. As relações com os Estados vizinhos Egipto e Tunísia têm melhorado nos últimos anos. Economicamente com o Egipto, são particularmente importantes as relações existentes, motivadas pelos 750.000 trabalhadores egípcios na Líbia e pelos grandes investimentos líbios no Egipto. A Líbia é o único país do Mediterrâneo que não tem relações formais com a União Europeia. No entanto o coronel Kadhafi visitou Bruxelas, a 27 de Abril de 2004. Presentemente a Líbia participa nas reuniões do Processo de Barcelona como observador. As relações diplomáticas com os EUA têm vindo a melhorar. Em Julho de 2006, reabriu a embaixada dos EUA em Trípoli. Esta reabertura vem na sequência da Líbia já não fazer parte da lista dos «países patrocinadores do terrorismo». No entanto, as flutuações do caso Lockerbie, de 21 de Dezembro de 1988, que provocaram a morte de 270 pessoas continuam a «ensombrar» as relações internacionais.

A UE é o principal parceiro Ocidental de **Marrocos**. Em Junho de 2004 foi-lhe concedido o estatuto de aliado Não-OTAN. As relações com a Argélia são tensas em torno da questão do Sahara Ocidental. A rivalidade entre o Marrocos e a Argélia tem dificultado a integração política e económica regional e a eficácia da União do Magrebe Árabe. Marrocos não é membro da União Africana (UA), pois esta última considera o Sahara Ocidental como um estado independente. Marrocos foi dos primeiros Estados a assinar o Acordo de Associação com a UE, em Março de 2000. Fez parte do primeiro grupo de países que aprovou o Plano de Acção da UE para a Política Europeia de Vizinhança em Dezembro de 2004. Sob a égide deste plano, Marrocos e a UE, têm desenvolvido conversações em assuntos como a reforma económica, a democracia e os direitos humanos. O novo acordo de parceria com a UE para as pescas assinado em Maio de 2006 entrou em vigor em Fevereiro de 2007. Marrocos como Estado integrante do Processo de Barcelona acolheu a primeira conferência ministerial do Turismo na cidade de Fez. No âmbito do mesmo Processo já acolheu em 2006 a Cimeira UE-África Migração e Desenvolvimento. Em 25 de



Fevereiro de 2004 com a Jordânia, Tunísia e Egipto estabeleceram o Acordo de Agadir que prevê o comércio livre entre estes quatro países. Os acordos bilaterais com a Turquia vigoram desde Janeiro de 2006. O anterior monarca, Hassan II usou a sua influência internacional em apoio dos Árabes moderados no conflito com Israel. Actualmente o Rei Mohammed VI preside às reuniões da Organização da Conferência Islâmica. Marrocos e Israel têm relações diplomáticas cortadas desde Outubro de 2000, na sequência do aumento da tensão no Médio Oriente. No entanto a comunidade judaica do país é de 60.000 e cerca de 700.000 israelitas são de origem marroquina.

A **Tunísia** com uma postura moderada tem seguido a sua política de não-alinhado nas relações internacionais, tendo desempenhado um papel activo no apoio ao Processo de Paz para o Médio Oriente. A participação nas operações das Nações Unidas tem contribuído para a sua afirmação internacional. A Tunísia tem fortalecido as barreiras negociais com a UE.

Direitos Humanos:

Na **Argélia** além dos actos de violência cometidos por grupos armados islâmicos, há denúncias de violações dos direitos humanos pelas forças de segurança argelina (Página Oficial da Amnistia Internacional). Estas violações incluem desaparecimentos forçados, tortura e assassinatos extrajudiciais. Recentemente o Governo argelino tomou medidas para reforçar o Estado de Direito, como a criminalização da tortura, formação em Direitos Humanos para as forças de segurança e Guardas Prisionais e ainda a melhoria das condições nas prisões. Uma moratória sobre a pena de morte está em vigor desde 1993. A 10 de Junho de 2008, o Conselho dos Direitos Humanos aprovou o relatório sobre a Argélia. No relatório final constam 20 recomendações. A Argélia aceitou 17 recomendações. Das que não foram aceites destaca-se a recomendação belga de suspender o decreto presidencial de 2006 sobre a liberdade religiosa.

O **Egipto** apesar dos esforços que tem desenvolvido no sentido da livre expressão e liberdade de imprensa ainda tem de fazer progressos noutros aspectos chave. A principal preocupação no que concerne aos Direitos Humano e esforço do Governo Egípcio está no combate aos maus-tratos a detidos e tortura de presos, em especial presos políticos. Não é comum a denúncia destes maus-tratos. Nos casos mais recentes o Estado pagou indemnizações e tem a decorrer processos judiciais contra agentes das forças de segurança e guardas prisionais. A perseguição aos cristãos e outras religiões minoritárias é também identificado por organizações dos Direitos Humanos, apesar do envolvimento pessoal do Presidente no combate a discriminação da liberdade religiosa, esta prevalece. É exemplo dessa discriminação é a dificuldade em obter licenças para a construção de igrejas. Nos documentos de identificação nacional apenas constam três religiões muçulmanas como opção.

Marrocos tem melhorado a sua posição no que diz respeito aos Direitos Humanos. Em 1993, ratificou as convenções das Nações Unidas sobre a tortura, discriminação das mulheres e sobre os direitos da criança. Em Novembro de 1993, foi nomeado o primeiro secretário Estado para



os Direitos Humanos. Em 2004, o Conselho Consultivo dos Direitos Humanos de Marrocos, criou a "Instância Equidade e Reconciliação" para analisar as violações aos Direitos Humanos em Marrocos, entre 1956-1999. Este Conselho emitiu o primeiro relatório, em Dezembro de 2005, cujo se destina ao Rei. Deram a conhecer ao monarca uma série de abusos dos Direitos Humanos, e identificaram mais de 9.000 vítimas. Produziram uma série de recomendações para assegurar que os abusos não se repetiriam, incluíram reformas constitucionais e medidas para acabar com uma cultura de impunidade nas forças de segurança. Em Março de 2006, o governo complementou a Lei Penal com especificidades no âmbito da anti-tortura. Em 25 de Janeiro de 2004, o governo aprovou uma nova Lei da Família que sustenta a igualdade das mulheres e lhes concede novos direitos. Há uma imprensa relativamente livre. No entanto, a crítica ao Islão, à monarquia ou à presença de Marrocos no Sara Ocidental não é tolerada. A presença agressiva de Marrocos no Sahara Ocidental tem melhorado nos últimos anos. No entanto, ainda há muito a ser feito para proporcionar a igualdade de oportunidades para a população do território. Em Marrocos, bem como no Sahara Ocidental, nos últimos anos, marchas e manifestações têm sido reprimidas pela polícia. Manifestações pró-independência do Sahara Ocidental são motivo para confrontos potencialmente violentos.

Ao longo dos últimos 30 anos a **Tunísia** tem implementado políticas económicas e sociais bem sucedidas. No entanto, existem algumas restrições aos direitos individuais e liberdades, destacando-se a liberdade de expressão, o acesso a informação e liberdade de associação. O partido maioritário – RCD, domina a vida política e a actividade política opositora é circunscrita.



Anexo F – Dados Factor Militar

1. Dados militares

	ARG	EGP	LIB	MAR	MAU	TUN
Gastos na Defesa (M US\$)	5.170	3.270	1.000	23.100	5.000	6,6
Receitas da Industria de Defesa (m US\$)	n/a	1.280,0	n/a	3,6	n/a	8,3
Militares no activo	147.000	468.500	76.000	195.800	15.870	35.800
Exército	127.000	340.000	50.000	175.000	15.000	27.000
Marinha	6.000	18.500	8.000	7.800	620	4.800
Força Aérea	14.000	30.000	18.000	13.000	250	4.000
Forças de Segurança	16.000	397.000	n/a	50.000	5.000	12.000
Força militar disponível	150.000	17.772.105	2.934.827	150.000	1.214.418	4.848.103

Quadro 7 – Dados militares

Fonte: Military Balance 2010

País	Missões (efectivos)
Argélia	MONUC (5)
Egipto	MIDURCAT (3), MINURSO (21), MONUC (26), UNAMID (2432), UNMIL (5), UNMIN (5), UNMIS (1255), UNOCI (1).
Líbia	Observadores - Filipinas (6)
Marrocos	MONUC (836), UNOCI (726), KFOR (222)
Tunísia	MINUCART (4), MONUC (487), UNOCI (11)

Quadro 8 – Missões externas e efectivos

Fonte: Military Balance 2010

País	Missões (efectivos) – designação
Argélia e Marrocos	MFO (1657) – Supervisão da implementação do Tratado de Paz Egipto-Israel
Egipto	MINURSO (225) – Supervisão de cessar-fogo entre Marrocos e Frente POLISARIO e esforços para encontrar uma solução para o Sahara Ocidental

Quadro 9 – Missões no interior das suas fronteiras, designação e efectivo

Fonte: Military Balance 2010

Estado(s)	Partes	Causas	Início	Intensidade
Argélia	AQIM	Sistema político, ideologia	1989	3
	Berberes de Kabylia	Autonomia, Sistema político, ideologia	1963	3
Egipto	Grupos Islâmicos	Sistema ideológico, poder nacional	1992	2
Líbia	Comunidade Internac.	Sistema ideológico, poder internacional	1964	1
Mauritânia	AQIM	Sistema ideológico, poder nacional	2007	3
	Militares	Poder nacional	2003	3
Marrocos	AQIM	Sistema ideológico, poder nacional	2003	2
	Frente POLISARIO	Independência	1975	2
	Argélia	Território, poder internacional	1963	2
	Espanha	Território (Ceuta e Melilha)	1956	1
	Espanha	Território (Ilha de Parsley)	2002	1

Quadro 10 – Conflitos dos governos dos Estados do Norte de África

Fonte: Conflict Barometer 2008 (Heidelberg Institute for International Conflict Research)



2. Programas nucleares:

A **Argélia** tem um reactor de energia nuclear – Es Salam (1993) localizado em Aïn Oussera, com capacidade de produção de 15 MW. Possui ainda o Centre de Desenvolvimento de Técnicas Nucleares da Argélia com um reactor de 1 MW de potência na região de Nur, desde 1989.

O **Egipto** tem no Instituto de Pesquisa Nuclear do Egipto dois reactores nucleares, ETTR-1 (1958) e ETTR-2 (1998), com a capacidade de produção de 2 e 22 MW, com tecnologia Rússia e Argentina respectivamente.

A **Líbia** no seu Centro de Pesquisa Nuclear, em Tajura, tem capacidade de produção de 10MW.

Marrocos tem em construção desde 2005, o seu reactor Triga produzido pela americana General Atomics, a 25km a Norte de Rabat com uma capacidade inicial de 2MW podendo alargar a sua capacidade até aos 3MW. Prevê-se a sua conclusão durante o ano de 2010.

A **Mauritânia** não tem até à data qualquer declaração de intenção de obter energia a partir de centrais nucleares. No entanto, com a proliferação acelerada deste recurso na região é espectável que a Mauritânia a venha desenvolver.

O programa nuclear da **Tunísia** ainda não passa de uma proposta, mas a vontade dos governantes, capacidade económica e apoios internacionais permitem perspectivar que passe num futuro próximo a uma realidade.